



Universidade Federal
de São João del-Rei



FLÁVIA RODRIGUES BORGES

**A construção de um *lugar de memória*: o “coração
valente” de Dilma Rousseff**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

São João del-Rei - MG

setembro de 2019



Universidade Federal
de São João del-Rei



FLÁVIA RODRIGUES BORGES

**A construção de um *lugar de memória*: o “coração valente”
de Dilma Rousseff**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração:
Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa:
Discurso e Representação Social
Orientador: Prof. Dr. Ivan Vasconcelos Figueiredo

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
TEORIA LITERÁRIA E CRÍTICA DA CULTURA**

**São João del-Rei – MG
setembro de 2019**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB) e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B732c Borges, Flávia Rodrigues. A construção de um lugar de memória: o "coração valente" de Dilma Rousseff / Flávia Rodrigues Borges; orientador Ivan Vasconcelos Figueiredo. -- São João del-Rei, 2019.
88 p.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Letras) -- Universidade Federal de São João del-Rei, 2019.

1. texto-fonte. 2. lugar de memória. 3. mulheres militantes. 4. ditadura militar. 5. Dilma Rousseff. I. Figueiredo, Ivan Vasconcelos , orient. II. Título.



Universidade Federal
de São João del-Rei



**A construção de um *lugar de memória*: o “coração valente”
de Dilma Rousseff**

Flávia Rodrigues Borges

**BANCA EXAMINADORA
APROVADA EM 27/09/2019**

.....
Prof. Dr. Ivan Vasconcelos Figueiredo

Orientador

.....
Prof^a. Dr^a Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento

Titular Externa – UFMG

.....
Prof^a. Dr^a. Dylia Lysardo-Dias

Titular Interna

.....
Prof. Dr. Luiz Manoel da Silva Oliveira

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras da

Universidade Federal de São João del-Rei

Ao meu avô José Rodrigues
Por me ensinar a beleza
de cada
pequeno
passo.

AGRADECIMENTOS

Amor é o que se aprende no limite/ depois de se arquivar toda ciência

Carlos Drummond de Andrade, “Amor e seu Tempo” (1973)

Ao meu orientador, professor Ivan Vasconcelos Figueiredo: pelo o que me possibilitou construir academicamente e pela maneira que conduziu a orientação, sempre pautada em respeito, liberdade e confiança.

Ao professor Cristiano Otaviano: aqui, por me receber em suas aulas, durante meu estágio em docência. Porém, sou grata, por muito, desde a graduação.

À professora Dylia Lysardo-Dias: pela gentil e tão importante colaboração na ocasião da qualificação e, do mesmo modo, na banca de defesa.

À Professora Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento: pelo pronto aceite em participar da banca, assim como pelo rico debate e caminhos apontados.

A todos e todas do Programa de Mestrado em Letras. À Universidade Federal de São João del-Rei: pelo financiamento dessa pesquisa e pelos últimos 6 anos de estudo público, gratuito e de qualidade, proporcionado a mim e a tantos (as) outros (as).

À Ana Clara e Maria Eugênia: amigas *feito casa*.

À Thais Lacaz: pelas tão preciosas conversas e interesse pelos desdobramentos dessa pesquisa.

À Fernanda Oscar, Lucas Monteiro, Mayara Mateus, José Henrique, Rogério Arantes, Rubens Guilherme e Wilson Filho: pela ajuda e incentivo, em momentos distintos e peculiares, ao longo desse processo.

À Paula Borges, minha irmã; à Sarah Evelyn, sempre presente; e ao Gabriel Abílio, minha sempre bem-vinda companhia: agradeço por todas leituras, sugestões, pela escuta tão atenta. Por tão bem compreenderem meus longos silêncios, decorrentes das leituras, da escrita e das muitas dúvidas que cercaram esse período.

À Rosinha, minha mãe: por estar sempre comigo. E pelo intraduzível incentivo aos estudos. Ao meu pai, Paulo: pelo encorajamento e entusiasmo com que encara minhas escolhas. Ao meu tio Heleno, Sheila e Higor: pelo carinho e pelas caronas que facilitaram o trânsito até São João del-Rei. Aos meus avós, Inácia e José: por perdoarem minhas ausências.

Especialmente, ao meu avô José. Tão poucas palavras sabia desenhar, muito sabia sobre cumprir o que se diz – disso a inspiração para chegar às linhas finais da dissertação, mesmo diante de sua recente partida.

*Aquele que tenta sacudir o tronco de uma árvore
sacode apenas a si mesmo*

(Provérbio Africano)

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar o “coração valente” de Dilma Rousseff como um lugar de memória (NORA, 1993). A frase associada a Dilma a partir da campanha presidencial de 2014, foi inicialmente parte do *jingle* eleitoral do mesmo ano. Sendo Dilma a primeira mulher presidenta do Brasil, uma ex-militante da ditadura militar, entendemos que há, em torno dela, uma relação triangular entre os temas mulheres, políticas e ditadura militar. Sendo assim, vemos no “coração valente” uma forma de aglutinar esses sentidos dispersos ao longo da vida pública de Dilma. Diante disso, os objetivos específicos se dividem em três: (I) mapear e discutir Dilma Rousseff no cenário político a partir de sua biografia com a ditadura militar, do fato de ser a primeira presidenta e durante o processo de *impeachment* em 2016; (II) discutir o “coração valente” em seu contexto linguístico-discursivo baseado em Maingueneau (2014), para quem algumas frases têm grande apelo a partir e destacadas de seu “texto-fonte” e, por fim, (III) relacionar o “coração valente” com os lugares de memória numa face sociocultural e discursiva, especialmente com Dahlet (2015). O corpus foi formado no âmbito do *Facebook* em publicações em que o “coração valente” é mobilizado. Também foram utilizados materiais paratextuais como entrevistas e pronunciamentos oficiais, que dialogam com a problemática. Desta forma, além de uma frase destacada (MAINGUENEAU, 2014), estruturada para circular, especialmente em ambientes comunicacionais, analisaremos como o “coração valente” pode ser parte da construção de um lugar de memória. (NORA, 1993), lidando com reforços e embates para consolidar-se discursivamente, sendo um deles o entendimento de outras mulheres sobre militância na ditadura militar, registrados por Gianordoli-Nascimento et al (2012) e Rago (2014).

Palavras-chave: texto-fonte; lugar de memória; mulheres militantes; ditadura militar; Dilma Rousseff; nominalização

ABSTRACT

The research aims to analyze Dilma Rousseff's "brave heart" as a place of memory (NORA, 1993). The phrase associated with Dilma from the 2014 campaign was initially part of the same year's electoral jingle. Being Dilma the first female president of Brazil, a former militant of the military dictatorship, we understand that there is, around her, a triangular relationship between the themes women, politics and military dictatorship. Thus, we see in the "brave heart" a way of bringing together these scattered senses throughout Dilma's public life. Given this, the specific objectives are divided into three: (I) map and discuss Dilma Rousseff on the political scene from her biography with the military dictatorship, the fact that she is the first female president and during the impeachment process in 2016, (II) discuss the "heart brave" in its linguistic-discursive context based on Maingueneau (2014) for whom some sentences have great appeal from and detached from their "source-text" and, finally, (III) relate the "brave heart" with the places of memory on one face sociocultural and discursive, especially with Dahlet (2015). The corpus was formed within the scope of Facebook in publications where the "brave heart" is mobilized. Paratextual materials were also used as interviews and official pronouncements, which dialogue with the problem. Thus, in addition to a prominent sentence (MAINGUENEAU, 2014), structured to circulate, especially in communicational environments, we will analyze how the "brave heart" can be part of the construction of a place of memory (NORA, 1993), dealing with reinforcements and clashes to consolidate discursively, one of them being the understanding of other women about militancy in the military dictatorship, recorded by Gianordoli-Nascimento et al. (2012) and Rago (2014).

Keywords: source-text; place of memory; militant women; military dictatorship; Dilma Rousseff; brave heart; nominalization.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Capa “Sim, nós podemos” na Revista Época	16
FIGURA 2 – Levantamento feito pelo Estadão, publicado na reportagem “Família vem com força no discurso em 2018”	19
FIGURA 3 – Capa Revista Época: “O passado de Dilma”	22
FIGURA 4 – Imagem <i>post</i> no <i>Facebook</i> “Vazamento do jingle”	36
FIGURA 5 – <i>Post</i> no <i>Facebook</i> “Mangagá”	38
FIGURA 6 – <i>Post</i> no <i>Facebook</i> “Dilma x Aécio”	40
FIGURA 7 – <i>Post</i> no <i>Facebook</i> “Fragmento do discurso de posse”	42
FIGURA 8 – <i>Post</i> no <i>Facebook</i> “Texto de Héider Pinto”	44
FIGURA 9 – <i>Post</i> no <i>Facebook</i> “VIDAS CRUZADAS”	47
FIGURA 10 – <i>Post</i> vinculado na página oficial de Dilma Rousseff no <i>Facebook</i> em que o rosto jovem da então candidata à reeleição é vinculado ao combate à corrupção	48
FIGURA 11 – <i>Post</i> vinculado na página oficial de Dilma Rousseff no <i>Facebook</i> em que o rosto jovem da então candidata à reeleição é vinculado ao combate à corrupção	48
FIGURA 12 – <i>Post</i> no <i>Facebook</i> comentando uma entrevista de Lula à <i>BBC Newsnight</i>	58
FIGURA 13 – <i>Post</i> no <i>Facebook</i> no dia em que Dilma se defenderia no Senado Federal	59

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Quadro-resumo dos sentidos mapeados em torno do texto-fonte “coração valente” durante a campanha à reeleição de Dilma Rousseff	51
---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	2
INTRODUÇÃO.....	5
CAPÍTULO 1 - DILMA E O CONTEXTO POLÍTICO.....	10
1.1 A primeira mulher na presidência.....	11
1.2 A ditadura militar na democracia através de Dilma Rousseff.....	19
1.3 Golpe, <i>impeachment</i> e o reencontro da primeira mulher presidenta com os sentidos da ditadura militar.....	25
1.4 Dilma no embate político.....	28
CAPÍTULO 2 - DILMA E O “CORAÇÃO VALENTE”.....	33
2.1 Dilma, “coração valente”: como, quando, onde e de que maneira.....	34
2.2. O “coração valente” e sua vinculação histórica.....	45
2.3 “Coração valente” e “M’s” da questão: mulheres, militância, política e militares.....	50
CAPÍTULO 3 - “CORAÇÃO VALENTE” COMO UM “LUGAR DE MEMÓRIA”.....	56
3.1. Encontrando os lugares de memória.....	57
3.2 O lugar de Dilma: “coração valente” entre construções e ameaças.....	62
3.3 Guerrilheira ou guerreira: questões que surgem.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXO I.....	77

APRESENTAÇÃO

Este é um trabalho interdisciplinar. Em primeiro lugar por minha formação em Comunicação Social – Jornalismo. Ainda que em diálogo com o campo da Análise do discurso, é um ponto de partida diferente dos acadêmicos graduados em Letras/Linguística. Entretanto, foi por meio da Comunicação que essa pesquisa passou a ganhar forma. Sob a orientação do prof. Cristiano Otaviano desenvolvi como trabalho de conclusão de curso a pesquisa “A ditadura noticiada na democracia: a *Folha de São Paulo* diante da candidatura de uma ex-guerrilheira” (2017). Nesse momento, o foco principal do estudo foi analisar a cobertura de um jornal de grande circulação à especificidade da então candidata à presidência (2010) Dilma Rousseff, pelo Partido dos Trabalhadores, ter participado ativamente da militância contra a ditadura militar.

Minha especial motivação nesse período (2016-2017) baseava-se em compreender como um jornal que viveu sob censura prévia e institucionalizada, assunto discutido por Kushnir (2012), apresentaria ao público o tema, por meio da história de Dilma Rousseff, durante a eleição de 2010. Importa ressaltar que a *Folha de São Paulo* acionou, no período eleitoral, a justiça para obter acesso aos documentos que levaram e justificaram a permanência de Dilma Rousseff na prisão, em janeiro de 1970. Dilma foi presa, acusada de “subversão” e posteriormente torturada pelo poder militar.

Como estudante e, hoje, jornalista, sempre tive um especial interesse em compreender os aspectos que permitiram a instauração do governo militar, em 1964, sua manutenção, em forma de ditadura, por 21 anos, e de que maneira ela reflete em nossa democracia. Assim como compreender os movimentos de oposição e resistência que lidaram com contradição internas – por exemplo, nem toda oposição concordava com a luta armada –, e enfrentaram a repressão estatal.

Nesse sentido, ressalto também que passei ter um interesse particular na biografia de Dilma Rousseff por ser ela a primeira mulher a exercer a presidência do Brasil, ser a sucessora de Lula, e, nas palavras de Lima (2014) uma “afilhada rebelde”. Além disso, sua juventude de militância, a revelação das marcas da tortura, sua emoção em receber os relatórios finais da Comissão Nacional da Verdade, em 2014, me fizeram enxergar nela uma personagem de potência na política nacional. Junta-se a isso as movimentações na política brasileira intensificadas pelas jornadas de junho

de 2013¹, pela acirrada eleição de 2014, na qual Dilma venceu por um pequeno percentual, pelas manifestações de 2015 por seu *impeachment*, onde alguns grupos pediam o retorno da ditadura militar, e, por fim, seu afastamento da presidência em 2016.

Dito isso, ao finalizar o trabalho de conclusão de curso (2017), umas das considerações finais apontavam para a representação midiática de uma Dilma “ex-guerrilheira” decisiva e influente na luta armada. Elemento que, à primeira vista, baseada em leituras anteriores, não me pareceu corresponder nem à realidade de Dilma, nem a de mulheres que estavam em posições parecidas a dela, pelo machismo recorrente nas organizações de oposição (RAGO, 2014) (GIANORDOLINASCIMENTO *et al*, 2012). Foi a partir dessas indagações que me voltei para a campanha eleitoral de 2014, na qual Dilma tentava reeleição, novamente ao lado de Michel Temer (MDB), e um dos principais motes publicitários era “Dilma, coração valente”, um *jingle*, cuja uma das facetas era o enfrentamento de Dilma à ditadura militar.

Com essa nova perspectiva, já não deslumbrava a continuidade da pesquisa apenas nos caminhos da Comunicação Social, pois, ao meu ver, uma questão relacionada à memória e/ou construção de memórias estava posta. Foi com essa temática que apresentei o projeto de pesquisa ao Programa de Mestrado em Letras da UFSJ, em julho de 2017, e fui aprovado na linha de pesquisa Discurso e Representação Social. Além dessas duas áreas, pelo teor do tema que envolve, diretamente, a ditadura militar (1964-1985) foi imprescindível um diálogo historiográfico, junto ao fato de Pierre Nora (1993) ser o historiador que inspira os debates em torno dos “lugares de memória” – caminho teórico feito por este estudo.

Ao longo da pesquisa, no decorrer dos debates com o orientador prof. Ivan Vasconcelos Figueiredo, abriu-se a necessidade de ouvir, por meio de uma entrevista, a visão da própria ex-presidenta Dilma Rousseff sobre o “coração valente”, considerando que ele é parte publicitária da campanha, montada por uma equipe. Tivemos sucesso nos primeiros contatos com a assessoria, entretanto, os retornos foram interrompidos em março de 2018 e a entrevista não foi realizada. Com o mesmo propósito, também procuramos algumas mulheres que foram presas na época de ditadura, e não obtivemos respostas. Diante dessa realidade, trabalhamos

1 Este tema e outras referências estão presentes e discutidas ao longo da dissertação.

exclusivamente com entrevistas já feitas, pronunciamentos oficiais e com livros e pesquisas na área.

Por fim, ressalto que todo o trajeto dessa pesquisa ocorreu num cenário agitado politicamente, que teve, grande parte do tempo, Dilma Rousseff como protagonista. Por essa razão, considero importante destacar a dificuldade de contemplar e discutir todos os desdobramentos e reviravoltas. Precisei, muitas vezes, ter um olhar pontual e direcionado para cumprir os objetivos da dissertação. Entretanto, acredito que é a partir do quadro de crise social-política que este trabalho ganha força interdisciplinar, pois ele mostrou que as contradições e disputas brasileiras não estão delimitadas somente em fronteiras partidárias e democráticas.

INTRODUÇÃO

No início de 1970, sexto ano da ditadura militar no Brasil, operações militares feitas na cidade de São Paulo prenderam militantes de movimentos organizados contra o regime vigente. Esses atos eram organizados pela Operação Bandeirantes (OBAN), um centro de informações criado no estado de São Paulo para cercar grupos, em teoria, armados e/ou de esquerda. O que acontecia com grande parte dessas pessoas consideradas perigosas pelo governo só se saberia anos depois. Ou melhor, mais tarde só seria oficializado, pois o preço de 21 anos de exceção já era denunciado antes de ser legitimado por documentos e tribunais.

Tendo isso em vista, a eleição para o maior cargo do país, em 2010, de uma das pessoas detidas em uma das ações da OBAN, marcou em definitivo o retorno da pauta no meio público. Trata-se de Dilma Rousseff. Ligada à Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), foi presa em janeiro 1970, acusada de subversão, posteriormente, torturada. Em 2010, foi eleita presidenta do Brasil pelo Partido dos Trabalhadores. Algo duplamente inovador: era a primeira mulher a exercer a Presidência da República e, ainda que os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) tenham também vivências com a violência do período militar², Dilma esteve imbricada num movimento organizado e numa história de prisão, mudança de nome e tortura. Tanto que essa parte de sua biografia já era especulada quando ela ocupava cargos em Ministérios no governo Lula³ a partir de 2003.

Contudo, em 2014, quando pleiteou a reeleição, foi que Dilma trouxe, por meio de sua campanha eleitoral, esse tema para o centro de seus dizeres. O “coração valente”, uma frase que saltou do *jingle* eleitoral, carregou sentidos sobre o período em que Dilma foi militante, sugerindo mais uma maneira de representação social⁴ no contexto político.

2 Fernando Henrique Cardoso exilou-se no Chile em 1964, após ser ameaçado de prisão pelo governo militar. Luiz Inácio Lula da Silva foi preso no fim dos anos 1970 por liderar as greves dos metalúrgicos. Foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional.

3 O tema, assim como a descrição dos cargos que Dilma ocupou antes da Presidência da República, será discutido no primeiro capítulo.

4 Durante todo trabalho, “representação social” é uma referência a Moscovici (1978). Em linhas gerais, a representação social pode ser entendida como uma mediação entre os sujeitos, vida cotidiana e comportamento.

O “coração valente”, todavia, não diz somente sobre Dilma e sua militância passada. Em primeiro lugar, ele estava dentro de um jogo democrático, no qual demarcava valores que circularam pela ocasião das eleições presidenciais de 2014. Sendo assim, a frase também flertou com outras instâncias, delimitando um valor político e simbólico para ela. Por exemplo, as características positivas do primeiro mandato (2010), como também as posturas de Dilma diante de acontecimentos públicos, de acordo com os vestígios presentes em materialidades linguístico-discursivas que nos são permitidos acessar na presente pesquisa, também passariam a ter vinculação com o “coração valente”.

Nesse contexto, o tema da presente pesquisa parte do marcador linguístico “coração valente”, oriundo da campanha eleitoral de 2014. Entendemos que esse “texto-fonte” atua para além da projeção de uma imagem de si num cenário eleitoral, promovendo uma reunião valores que envolvem a ex-presidenta Dilma e a incorporam em contexto maior, tanto político quanto sociocultural e histórico.

Em diálogo com os anseios dessa pesquisa, Gehrke (2017), dentro da Análise do Discurso como está, discorre sobre um “*ethos* de resistência” da presidenta Dilma, que permeia a ditadura militar e teria a incorporado o “coração valente”. Expressão qualificada como um “‘apelido’ bastante estratégico se pensarmos no *ethos* de resistência regularizado em seu discurso” (GEHRKE, 2017, p.109). A autora, entretanto, se empenha em analisar tal “*ethos*” em pronunciamento da então presidenta durante o período da “Lava-Jato”, em 2014 e 2015, no qual o mandato de Dilma perdia popularidade.

Também nesses termos, Vaz (2013), em “O que é que a Dilma tem? Os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff”, discorre sobre “A guerrilheira que virou presidenta” (VAZ, 2013, p. 16) e também sobre o “feminino” como apelo durante a campanha de 2010. O objetivo do autor, diante disso, foi analisar como a mídia, mais especificamente duas colunas de grandes jornais, versou sobre Dilma e seu governo, e a “enquadrou” nas diversas situações que geraram tais textos. O autor salientou também um silêncio relacionado às “questões de gênero”, uma vez que “a primeira presidenta mulher, já seria suficientemente significativo para tratar da questão” (VAZ, 2013, p.153)

Reconhecemos, assim, os profundos pontos de encontros dos trabalhos supracitados com a pesquisa aqui apresentada, o que nos releva a pertinência do nosso tema frente à Academia e às ocorrências sociais no Brasil. Por outro lado,

ressaltamos que, diferentemente dos dois trabalhos citados, buscamos relacionar o “coração valente” com uma possível construção de um lugar de memória (NORA, 1993)⁵ que abrangeria tanto as mulheres quanto os aspectos relacionados à ditadura militar.

Disso, portanto, traçamos a hipótese norteadora: o “coração valente” pode representar um lugar de memória ao reunir, desconstruir e propor valores relacionados com mulheres, política e ditadura militar. Ao passo que manifesta-se a questão: tendo o “coração valente” um *jingle* como “texto fonte” (MAINGUENEAU, 2014), como uma frase destacada pode adquirir aspectos relacionados à estabilidade dos lugares de memória?

Nesse âmbito, portanto, para desenvolver a pesquisa apresentada, formamos um *corpus* no qual o “coração valente” é mobilizado por Dilma Rousseff em sua página do *Facebook*. O material foi reunido usando o mecanismo de busca da própria plataforma com as palavras-chave “coração” e “valente”. Ademais, uma vez que tal mecanismo não alcança textos escritos em fotos, empreendemos a verificação pormenorizada de cada postagem. A escolha pela plataforma se justifica especialmente por ser um espaço no qual o conteúdo é filtrado e escolhido por Dilma e/ou sua equipe; isso nos aproxima de forma mais segura dos valores a partir dos quais se pretendia pautar seu público. O recorte temporal para selecionar tais *posts* é de junho 2014 até dezembro de 2016, período que engloba a pré-campanha eleitoral, a eleição, a posse e a destituição do mandato. Além disso, utilizamos também elementos paratextuais como entrevistas e pronunciamentos que dialogam com o tema apresentado, como o discurso de posse (2011) no qual é ressaltado o ineditismo de uma mulher assumir o cargo. Ao todo, reunimos dez materiais pelo *Facebook* que tratavam do “coração valente” e treze fora dessa plataforma que, em nosso entendimento, criaram ambiência para a sustentação do “coração valente”.

Sendo assim, nosso objetivo é discutir o “coração valente” como uma materialidade linguística-discursiva capaz de integrar sentidos outrora dispersos em torno de Dilma - assim como quais são esses sentidos e porquê eles representam capital político. - Nossa hipótese é que essa reunião de sentidos passe a constituir um lugar de memória para Dilma e para os temas que andam juntos a ele.

5 Discutiremos Pierre Nora (1993) e o “lugar de memória” especialmente no capítulo 3.

Desta forma, o movimento metodológico aconteceu a partir da esfera macrodimensão discursiva, com foco no contexto político prévio à enunciação do "coração valente" na campanha presidencial. Em seguida, investigamos a macrodimensão textual, por meio dos conceitos de "texto-fonte" e "frase destacada". Posteriormente, discutimos, na macrodimensão discursiva, a transposição de "texto-fonte" para frase destacada e lugar de memória.

Para realizar o proposto, o trabalho foi dividido em três capítulos, os quais expressam os objetivos específicos do trabalho: (I) mapear e discutir Dilma Rousseff no cenário político a partir de sua biografia com a ditadura militar, o fato de ser a primeira presidenta e durante o processo de *impeachment* em 2016 (II) discorrer sobre o "coração valente" em seu contexto linguístico-discursivo baseado em Maingueneau (2014) no qual algumas frases têm grande apelo a partir e destacadas de seu "texto-fonte" e, por fim, (III) relacionar o "coração valente" com os lugares de memória numa face discursiva, especialmente com Dahlet (2015), e sociocultural.

Sendo assim, no primeiro capítulo, intitulado "Dilma e o contexto político", discutimos três pontos da vida pública da então presidenta: (I) ela ser a primeira mulher a presidir o Brasil, (II) sua biografia com a ditadura e (III) o afastamento da presidência, via *impeachment*, em agosto de 2016. Essas ocorrências representam pontos de tensões sociais que se evidenciam através de Dilma, sejam eles o machismo e as expectativas em torno das mulheres na política e sociedade, expressos por Lopes (2015), Gouvêa (2014), Lima e Oliveira (2015), assim como a maneira na qual o passado de Dilma aparece em seus próprios dizeres, por meio de pronunciamentos oficiais, a ver na Comissão da Verdade (ROUSSEFF, 2011) e de outras instâncias políticas e na mídia. Isso posto, pontuamos que, quando o governo Dilma passa a ser questionado e se instaura um processo de impedimento, a então presidenta é incisiva quanto a esses valores, tanto de ser mulher, como de ter sido presa e sofrido tortura. Por fim, salientamos que os dois primeiros temas possibilitaram o surgimento do "coração valente", e seu uso, também no momento do *impeachment*.

Em continuidade, no segundo capítulo, contextualizamos o "coração valente", tomando como ponto de partida o seu texto-fonte (MAINGUENEAU, 2014), uma vez que ele é capaz de entregar algumas pistas relativas aos sentidos que cercaram a frase. Ao mesmo tempo, nos concentramos em observar como a frase, já destacada de sua origem (MAINGUENEAU, 2014), circulou na página oficial do *Facebook* de Dilma Rousseff, compondo os enunciados ali publicados.

Após essa discussão, defendemos como o “coração valente” está vinculado à história da ditadura militar e como se dá o encontro de uma das perspectivas que ele apresenta com a bibliografia e depoimentos sobre o tema de mulheres no regime autoritário, especialmente a partir das autoras Rago (2014) e Gianordoli-Nascimento *et al* (2012). Em princípio, nota-se um estranhamento, uma vez que tais registros são marcados por constantes nebulosidades e sofrimentos. Face à problemática surgida, buscamos delimitar um possível “lugar”, ainda que permeado por imprecisões e disputas pelo monopólio discursivo, que contemple as violências sofridas por essas mulheres, os preconceitos, como também a importância que tiveram para o país, mesmo diante de tantos reveses.

Em consequência disso, no terceiro e último capítulo, discutiremos a possibilidade do “coração valente” se consolidar como um lugar de memória. Diante do que nos apresenta Nora (1993), esses lugares são híbridos de história e memória, nos quais a segunda se vive no presente. O autor também defende que não existe memória espontânea, ao passo que criamos comemorações, calendários e rituais, a fim de que esses locais permaneçam, pois se o que os lugares de memória defendem “não estivessem ameaçados, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los” (NORA, 1993, p.13). Ao mesmo tempo, discutimos uma coagulação entre Dilma e o “coração valente”, por meio do que Dahlet (2015) caracteriza de nominalização, no qual alguns dizeres se pretendem inquestionáveis. Por fim, exporemos quais, em nosso entendimento, são as ameaças, as fragilidades e as potências para o “coração valente” como um lugar de memória.

Ao fim, ressaltamos que por meio da interdisciplinaridade descrita na apresentação (página 2), e posta nas discussões dos capítulos, pudemos discutir o objeto da pesquisa de forma ampla e em variados contextos. Ao analisar o “coração valente” como um possível lugar de memória, oferecemos potentes referências teóricas que nos permitem afirmar o conflituoso trânsito de sentidos e memórias que atravessam a política Dilma Rousseff, envolvendo mulheres, machismo, militância, e ditadura militar.

CAPÍTULO 1 - DILMA E O CONTEXTO POLÍTICO

Entre os anos 2011 e 2016, o Brasil foi presidido por Dilma Rousseff, a primeira mulher a ocupar esse cargo no país. Filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) desde 2001, já havia passado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e trabalhado em Secretarias Especiais – município e Estado – e em Ministérios no Governo Federal.⁶ Na juventude, durante os anos 1970, Dilma⁷ foi militante contra a ditadura militar instaurada a partir de 1964. Ligada ao grupo VAR-Palmares, foi presa e torturada como outras pessoas perseguidas pelo regime. Fatos, esses, que atravessaram sua vida pública.

Diante desse contexto, o presente capítulo versa sobre as construções linguístico-discursivas projetadas por Dilma Rousseff na cena política, dando destaque a três aspectos que julgamos centrais para a pesquisa: (I) a primeira mulher a ser presidenta do Brasil, (II) sua biografia como guerrilheira que infla os desacordos em torno do golpe e da ditadura militar (1964-1985) e que colocou sua competência em alguns momentos em descrédito. Por fim, (III) o afastamento da presidência, via *impeachment*, em 2016, interrompendo o mandato para o qual foi reeleita em 2014. Cabe ressaltar que essas perspectivas levantadas não se resumem e se encerram por elas mesmas. Pelo contrário, são marcadas e atravessadas por valores morais, ideológicos e partidários em disputas.

Desta forma, o objetivo específico, ao fazer essa apreciação, é mapear e investigar como Dilma trata sobre o assunto em pronunciamentos oficiais e

6 Foi Secretária Municipal da Fazenda (1985), em Porto Alegre. Mais tarde, atuou como Secretária Estadual de Energia, Minas e Comunicação, pelo governo do Rio Grande do Sul, em 1993. Como ministra, teve sua primeira experiência na pasta Minas e Energia, em 2002, no governo Lula. Em 2005, foi Ministra-Chefe da Casa Civil, cargo que ocupou até 2010, quando candidatou-se à presidência.

7 Ao longo desse trabalho, algumas vezes, foi usado apenas o primeiro nome da ex-presidenta Dilma Rousseff, pois entendemos que é a maneira como, em grande parte, tanto na esfera cotidiana, como na pública, dirige-se a ela. Ao refletir sobre isso – uma demanda da banca de defesa: GIANORDOLI-NASCIMENTO; LYSARDO-DIAS (2019) –, apontamos como a diferença entre homens e mulheres na política também pode acontecer nessa direção, na medida em que os políticos homens, em grande maioria, são tratados pelos seus sobrenomes ou nomes completos. Na dificuldade temporal, depois da defesa, de teorizar o assunto de forma responsável dentro do texto, optei por manter a forma original e não simplesmente alterar o nome, silenciando a discussão. Desta forma, fica registrado a consciência que tal escolha pode causar desconforto tanto políticos-culturais, como formais, do ponto de vista acadêmico. Por outro lado, também vi nessa manutenção uma forma honesta de lidar com a construção da pesquisa e pesquisadora e acredito que essa exposição pode ser um primeiro passo para novos estudos.

entrevistas. A partir disso, em diálogo e com base em Lopes (2015), Gouvêa (2014), Lima e Oliveira (2015), discutimos como a representação social da mulher presidenta é constituída por múltiplas faces, tais como a política, noções de feminino, mãe, militante, mulher lutadora. Ao mesmo tempo em que buscamos pistas da construção de um lugar de memória (NORA, 1993), a ser debatido em capítulo posterior, reconhecemos que elas foram produzidas por meio de e a partir de um espaço privilegiado, onde há maior poder de colocar discursos em circulação (FOUCAULT, [1970] 2006).

Considerando a pesquisa como um todo, tal discussão permite caminhar para o entendimento de que esses pontos permanecem presentes em torno de Dilma, validando sua participação no cenário público, estruturando o “coração valente” e criando redes de memória. A pesquisa não visa realizar avaliações e/ou julgamentos sobre o mandato da ex-presidenta, mas, sim, sinalizar e ressaltar pontos que geraram/geram mobilizações em torno de representação acerca de Dilma e que marcaram sua presença política.

1.1 A primeira mulher na presidência

Pela decisão soberana do povo, hoje será a primeira vez que a faixa presidencial cingirá o ombro de uma mulher. Sinto uma imensa honra por essa escolha do povo brasileiro e sei do significado histórico desta decisão. [...]Para assumi-la, tenho comigo a força e o exemplo da mulher brasileira. Abro meu coração. [...]. Venho para abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidenta; e para que - no dia de hoje - todas as brasileiras sintam o orgulho e a alegria de ser mulher (ROUSSEFF, 2011).

O excerto que abre este tópico integra a abertura do discurso de posse de Dilma Rousseff em 2011, quando uma mulher foi eleita pela primeira vez à presidência do Brasil. Na ocasião, o país se juntava às outras nações que já haviam sido ou eram governadas por mulheres, como a Argentina com Cristina Kirchner (2007-2015). Tal acontecimento ganha contornos de fato histórico, pois o direito à política e ao espaço público nem sempre foi permitido às mulheres. Pelo contrário, ele é resultado de

mobilizações e reivindicações de caráter feminista⁸. Desta forma, a eleição de Dilma foi lembrada e, em partes, noticiada, à época, pela imprensa tradicional brasileira, para além do viés partidário-eleitoral, tendo aspectos também de uma vitória simbólica e concreta das mulheres, como pode ser percebida no trecho citado.

Nas últimas presidências (2010, 2014 e 2018), a participação de mulheres na política ainda foi entendida e enunciada como algo inusitado. De acordo com Lopes (2015), muitas mulheres mobilizam o pioneirismo ao assumir cargos públicos, na medida em que sua presença ainda é pequena na cena política. Um dado ilustrativo refere-se aos números da Câmara dos Deputados após as eleições de 2018. De um total de 513 eleitos, 77 são mulheres, na marca de 15%. O quantitativo, ainda que maior que em 2014 – 51 mulheres – mostra uma profunda assimetria. Entre outras variáveis, o aumento entre os 2018 pode ser decorrente da implantação da lei cota mínima parlamentar de 2009⁹. Portanto, na contramão dos que alegam que igualdade é não dar destaque ao gênero da pessoa, os dados numéricos mostram que a participação das mulheres ainda é desigual. As razões pela menor participação das mulheres na política podem ser variadas como falta de incentivo, cobranças maiores, quesitos culturais, receio de preconceitos. Embora essa questão nos toque, não está entre nossos objetivos debatê-la.

Dilma Rousseff, em grande parte, se apoiou no pioneirismo de uma mulher exercer a presidência. Como aponta Lopes (2015), ao construir sua imagem, Dilma se esforçou em destacar elementos ligados à sua identidade de gênero feminino desde a campanha eleitoral, atualizando o tema durante a gestão. Nesse mesmo sentido, Lima e Oliveira (2015) ressaltam que as campanhas eleitorais têm como mérito proporcionar a análise de papéis sociais, os quais “evidenciam as diferenças culturais, sociais e políticas que norteiam as relações de gênero” (LIMA; OLIVEIRA, 2015, p. 32-33). Na percepção das autoras, Dilma reivindicou a “singularidade do feminino” como forma de se legitimar diante dos eleitores.

Desta forma, ao vincular sua presidência a esse pioneirismo, Dilma abre caminhos para novas maneiras de representar socialmente as mulheres, tanto como

8 No Brasil, o voto feminino e a candidaturas de mulheres foi permitido historicamente em 1932. Somente em 1946 o voto masculino e feminino foi equiparado, tornando-se obrigatório para ambos. Atualmente, cada coligação partidária deve respeitar o mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo.

9 A Lei 12.034/2009 estabelece que cada coligação ou partido deve preencher mínimo 30% e máxima 70% para casa sexo.

grupo social quanto na política. Como ela ressalta no discurso de posse, há um “significado histórico” na sua eleição e posse, encarnados na faixa presidencial. Ao mesmo tempo, Dilma evoca a “força da mulher brasileira”, conferindo a esse simbolismo a sua eleição e a projeção de seu mandato. Essa arregimentação de representações sociais, ocorrida no discurso de posse, procura projetar outros modos de perceber o presente para mulheres e/na política, onde sua “força” é reconhecida e sentida institucionalmente.

A partir da proposta dessa dinâmica representacional entre mulheres e política, podem ser abertos caminhos para a construção de lugares de memórias, cujo conceito aqui empregado referencia-se em Nora (1993), autor da expressão. Isso posto, em um primeiro momento, podemos apontar que Dilma procura disputar os sentidos citados não só para a política recente, mas daquilo que seria lembrando como “a presidenta”¹⁰. O pronunciamento evidencia vestígios do “lugar” que Dilma pode ocupar por ser mulher, apontando para as estratégias utilizadas na exploração dos sentidos em torno do “ser mulher” no universo político.

Nessa perspectiva, assim como existem diferenças perpassando a experiência de homens e mulheres na sociedade, as campanhas e governos desses sujeitos são construídos por meio de especificidades. Por exemplo, muitas vezes, as mulheres são convocadas a explorar a maternidade como expressão de sucesso. Gouvêa (2014) expõe que a atuação feminina na política ganha legitimidade a partir do seu desempenho no espaço doméstico, como na criação dos filhos e casamento, no sentido de que se a mulher for boa mãe e uma esposa dedicada, ela terá competência para se eleger e governar. Corroborando com isso, o fato de Dilma não ter marido e não ser casada foi associado a “atributos negativos” da candidata em 2010 (GOUVÊA, 2014).

Entretanto, a maternidade foi explorada por Dilma – que tem uma filha – na campanha e durante os anos de “primeira mulher na presidência”. O estudo feito por Martins (2013) mostra que já no primeiro programa eleitoral na TV, exibido em 17 de agosto de 2010, por meio do Horário Gratuito de Programa Eleitoral, há marcas discursivas que ligam a candidata à sua condição de mãe. Para a autora, os dizeres do programa apresentam a criação de uma “mãe do Brasil” capaz de oferecer carinho

10 A flexão da palavra “presidente” foi determinada pela Lei 12.605/12 e representa uma disputa de marcadores linguísticos.

e cuidados aos brasileiros. Essa questão pode ser entendida como uma estratégia, visto que a figura “mãe” dificilmente tem rejeição social. Dialogando com isso, Lima e Oliveira (2015, p. 41) defendem que, na campanha de Dilma, há a mistura de valores mais recorrentes ligados ao gênero masculino, como força e coragem, com valores mais comumente ligados ao feminino, como delicadeza e sensibilidade. O resultado é uma Dilma “maternal e sensível e ao mesmo tempo forte e corajosa”, observam as autoras.

Reforçando essa perspectiva, no segundo ano de mandato, a presidenta foi a público no Dia das Mães. Na ocasião, ela levanta a hipótese de que seria a primeira vez que um chefe de estado se dirigia às mulheres na data comemorativa. Para Dilma (ROUSSEFF, 2012), o pronunciamento à nação só estava acontecendo porque também era a primeira vez que o Brasil tinha uma presidenta. Junto a isso, ela anuncia o programa “Brasil Carinhoso”, uma ação cujo objetivo era assistir famílias com crianças de zero a seis anos em estado de miséria. Nesse pronunciamento, ser mãe e ser mulher aparecem como fatores determinantes para efetivação de políticas voltadas ao cuidado com as crianças.

Além do Dias das Mães, o Dia Internacional das Mulheres também foi lembrado por Dilma em pronunciamento, ao qual ela se dirigiu não só às brasileiras, mas também aos agressores de mulheres, recorrendo ao seu lugar como mulher para validar seus comunicados, programas e, de certa forma, o mandato.

Faço um apelo especial àqueles homens que, a despeito de tudo, ainda insistem em agredir suas mulheres. [...] se vocês agem assim por falta de temor, não esqueçam jamais que a maior autoridade deste país é uma mulher, uma mulher que não tem medo de enfrentar os injustos, nem a injustiça, estejam onde estiverem. (ROUSSEFF, 2013).

Nesse excerto, fica evidente a relação estabelecida por Dilma entre ser mulher e ser presidenta, uma vez que ela sugere que esse acontecimento é tão significativo ao ponto de reconfigurar ou extinguir violências no âmbito privado – como a violência doméstica¹¹. O trecho “Não esqueçam que a maior autoridade deste país é uma mulher” procura marcar o descompasso com a realidade do país daqueles que ainda

11 Violência doméstica é entendida, de modo geral, como aquela que acontece em contexto doméstico, por meio de abusos físicos e psicológicos. No Brasil, a Lei Maria da Penha (nº 11.340, de 7 de agosto de 2006) é uma referência ao combate a esse crime e à violência contra a mulher. Maria da Penha viveu sob violência doméstica dentro do casamento e foi vítima de tentativa de homicídio duas vezes pelo marido.

“insistem em agredir suas mulheres”. Como no do Dia das Mães, o pronunciamento no Dia Internacional das Mulheres visa determinar o lugar da presidenta mulher e seus atos por ocupar tal cargo. Também há a referência da força, da “mulher que não teme enfrentar os injustos, nem a injustiça”, como foi no primeiro discurso de posse mostrado na abertura do capítulo, onde ela afirma que se guia pela “força e o exemplo da mulher brasileira”.

Com base nos três dizeres exemplificados acima, podemos observar que Dilma orienta seus enunciados a partir do sentido de que ser mulher instaura um modelo de governar particular a partir dessa condição. Além disso, ela procura valorizar a vivência da mulher brasileira, como foi mostrado nos pronunciamentos mobilizados anteriormente. Esses dois elementos abrem circunstância para a proposta de novos entendimentos: (I) as mulheres mudam a política e (II) os esforços e dificuldades que as mulheres passam serão manejados, ao passo delas terem mais espaço para criar, investir e melhorar suas condições de vida. Ou seja, Dilma passa a marcar um lugar que é bastante específico dela e que pode passar a ser “modelo” para outras mulheres e uma memória para a população, pois, apesar de outras mulheres já terem ocupado cargos como deputadas, senadoras, por exemplo, ela é a primeira na presidência.

Desde a campanha em 2010, esse aspecto vem sendo destacado, como pode ser visto no enunciado “Sim, a mulher pode”, destaque da capa da Revista Época (Figura 1), em uma edição especial, quando foi eleita pela primeira vez. Para Lima e Oliveira (2015), ao mobilizar os sentidos de “mulher também pode”, Dilma evidenciava o protagonismo da mulher na atualidade, elemento que também podemos notar no dizer do Dia da Mulher em 2013, citado acima. De acordo com as autoras, a candidata se colocou como mulher, mãe e futura avó, em um ambiente masculinizado, aproximando-se das eleitoras, cuja promessa era representar todas as brasileiras. “Mulher também pode”, nas palavras das autoras, “se tornou mais do que o símbolo da campanha da postulante, tornou-se o símbolo daquela eleição” (LIMA; OLIVEIRA, 2015 p. 40).



FIGURA 1 – Capa “Sim, nós podemos” na Revista Época
 Fonte: Reprodução/Site da revista Época (www.epoca.com.br)

Se na campanha sobressaiu-se a expressão “mulher também pode”, logo após a posse a afirmação desse lugar se deu pela opção da flexão de gênero da palavra “presidente”. Usando “presidenta” desde o período eleitoral, em abril de 2011 Dilma decretou, por meio da Lei 12.605/12 que “as instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido” (BRASIL, 2012, p. 1). Dessa forma, o Brasil, além de “presidenta”, passou a ter formalmente “bacharelas” e “mestras”, estabelecendo, novamente, a presença de mulheres no espaço público, ao romper com a naturalidade da língua, que se universaliza, tantas vezes, pelo masculino.

Até o momento, discorreremos brevemente sobre as construções em torno da “primeira mulher na presidência”, em que projeções e efeitos de sentidos são advindos de dizeres de campanha e pronunciamentos oficiais. Porém, além da promessa do reconhecimento das mulheres, do governo “maternal” e do pioneirismo, a eleição de uma mulher jogou luz para reproduções de preconceitos que são menos observados quando homens governam em destaque, seja na forma de desqualificar ou na manifestação de xingamentos.

Na esfera midiática, Pinto (2012) chama atenção para um “silêncio exagerado” a respeito das candidatas mulheres – tanto Dilma quanto Marina Silva, na campanha de 2010. A pesquisadora aponta que, na entrevista de ambas ao Jornal Nacional (8 e 9 de agosto/2010, respectivamente), não houve nenhuma menção ao fato de serem mulheres, nem por parte dos jornalistas, nem das candidatas. Esse silêncio programado pode ser entendido como uma estratégia, mas também revela que o discurso de e para mulheres não era um ponto sem conflito, sinalizando que uma reconfiguração de gênero na sociedade brasileira seria um caminho mais longo que a corrida eleitoral. Depois de eleita, Dilma falou dessa dificuldade algumas vezes, como em uma entrevista, em junho de 2015, ao jornal estadunidense *Washington Post*, replicado pelo portal G1, quando afirmou que era vítima de “preconceito de gênero”. Na ocasião, ela indagou: “Você, alguma vez, já ouviu alguém dizer que um presidente homem coloca seu dedo em tudo? Eu nunca ouvi isso”.

Ao fim desse subitem, gostaríamos de salientar que todos os sentidos acerca de candidatos e políticos são (re)construídos linguagemira e discursivamente e as campanhas eleitorais estrategicamente planejadas e executadas para que haja adesão e vitória no pleito. Destacamos que Dilma, ao mesmo tempo em que se propunha como vanguarda, também buscou referências no tradicionalismo para conquistar a vitória. Ela seria a primeira mulher na presidência, mas, de acordo com Lima e Oliveira (2015, p. 41), se afastou de temas como o aborto. Por meio de uma carta publicada em 15 de outubro de 2010, a então candidata Dilma afirmou que, se eleita, não tomaria “a iniciativa de propor alterações de pontos que tratem da legislação do aborto e de outros temas concernentes à família e à livre expressão de qualquer religião no País” (ROUSSEFF, 2010). De certo modo, essa postura representa uma contradição para algumas organizações feministas, como apresentada pelo portal *El País* em 2014, que expunha a necessidade de a presidenta não ceder às pressões religiosas sobre o assunto. Na ocasião, a matéria afirmou que o silêncio prometido por Dilma sobre o tema foi “rigorosamente cumprido”.

De 2010 até o momento de escrita desse trabalho (2019), passaram-se duas eleições. Oito anos que englobam a reeleição de Dilma Rousseff e seu *impeachment* dois anos depois. Em 2018, tivemos a eleição de Jair Bolsonaro (PSL), um político que se apresentou como conservador, cuja agenda se pretende oposta aos anos de Lula e Dilma, se anunciando como “liberal na economia e conservador nos costumes”. Portanto, quando as autoras apontam que as mulheres políticas têm suas trajetórias

implicadas pela importância da maternidade e do sucesso em âmbito privado, a política conservadora também coloca sentidos familiares em disputa, ao dizer que sua conduta é “em defesa da família” ou da “família tradicional”. Como avalia Messenberg (2017), nas manifestações ligadas à direita:

Os elementos discursivos que com maior frequência se relacionam a ideia-chave de “família tradicional” são os seguintes: oposição ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, oposição ao aborto, à ideologia de gênero nas escolas, à expansão do feminismo e a concordância com a “cura gay” (MESSENERG, 2017, p. 637).

De todo modo, reconhecemos uma diferença de significados entre a “família” presente nos dizeres de mulheres na política, especialmente de Dilma Rousseff, e os dizeres dos opositores ao seu partido e de seu governo, pois, para as mulheres, questões relacionadas ao âmbito privado soam muitas vezes como um pré-requisito de sucesso. Dessa forma, salientamos o emprego da noção de família, ainda que de maneiras distintas, em dizeres políticos de homens e mulheres.

Diante dos fatos novos da política brasileira, além das especificidades de gêneros, nos parece imprescindível também localizar os atores em espectros políticos como direita, esquerda e centro. Afinal, se fossem partidários dos mesmos sentidos, não seriam oposição frente aos cidadãos, como foi observado durante a abertura do processo de *impeachment* contra Dilma, onde o termo “família” foi amplamente (Figura 2) usado para cimentar o voto que culminaria no afastamento definitivo da então presidenta.

Menções de palavras relacionadas a família durante a votação do impeachment de Dilma Rousseff

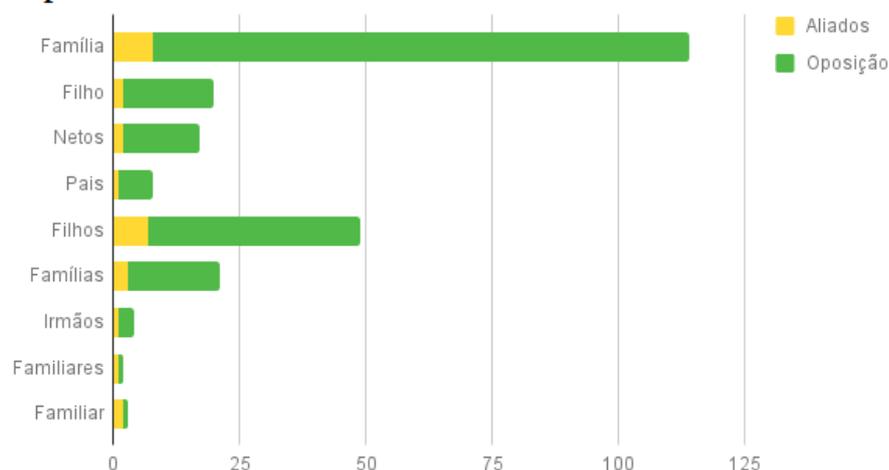


FIGURA 2 – Levantamento feito pelo Estadão, publicado na reportagem “Família vem com força no discurso em 2018”

Fonte: Jornal O Estado de S. Paulo

1.2 A ditadura militar na democracia através de Dilma Rousseff

A realização de breve um retrospecto sobre o golpe militar e a ditadura possibilita compreender quais valores estavam em disputa naquele momento e como eles se rompem e/ou continuam na atualidade brasileira. Discussão que também nos permite situar Dilma nesse cenário, a fim de estabelecer sua aproximação da categoria temática de “mulher militante”, tendo em vista que ela é uma mulher que atuou efetivamente pela derrubada do regime militar.

A ditadura militar iniciada em meados dos 1960 no Brasil perdurou por 21 anos entre apoio de civis, perseguição à oposição, tortura como política, efervescência cultural, milagre econômico. “Pau de arara e carro zero”, título de Almeida et al. (2000), demonstra parte desse momento conflituoso sentido pela classe média, uma vez que, em linhas gerais, ao mesmo tempo em que se opunha ao autoritarismo do regime, tinha ganhos com as políticas exercidas por ele. Gianordoli-Nascimento et al. (2012) apontam um estado de contradição entre as famílias de classe média nesse período: tinham crescimento econômico, mas seus filhos estavam expostos às perseguições da ditadura. Vale lembrar que a classe média nesses anos era composta por intelectuais, artistas, jornalistas, advogados, empresários, dentre outros. Contudo, a oposição ao regime também era encontrada em outros setores como a Igreja, nos partidos políticos de esquerda, considerados ilegais, e nos movimentos organizados pela sociedade civil.

Marcada por nuances desde o princípio, a tomada do poder pelos militares foi caracterizada nos primeiros momentos como uma organização militar pelo apoio que recebeu de setores da sociedade, especialmente manifestada na Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida entre março e junho de 1964. Esse apoio também pode ser examinado nos veículos de comunicação. O jornal O Globo (1964) é um exemplo desse apoio pelo editorial “Ressurge a democracia”, publicado poucos dias após ato dos militares, no qual a ação das Forças Armadas foi considerada “heroica”. Toda essa conjuntura não deixou de apresentar, nos recentes anos de redemocratização, as polarizações de antes, a se ver nos termos “golpe” e “revolução”

em volta de 1964. Os defensores dos militares intervencionistas se apoiam, em grande parte, na tese de que havia um “golpe comunista” em gestação e a deposição de Jango foi, na verdade, um contragolpe.

De acordo com o historiador Marcos Napolitano (2014, p. 11), “em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão militar, conservadora e antirreformista, cujas origens estão muito além das reações aos eventuais erros e acertos de Jango”. João Goulart (1961-1964), o Jango, antes de ser deposto pela junta militar, fazia campanha pelas “reformas de base” na qual incluía, entre outros aspectos, a reforma agrária e a extensão do direito ao voto aos analfabetos. A proposta dessas reformas foi a base para a deposição do então presidente e o argumento de que o país se aproximaria do comunismo. Corroborando com isso, Reis Filho (2014) considera que a teoria de que havia um golpe à esquerda em formação pode ser questionada. O autor afirma que, na década de 1960, o contexto global era polarizado, inserido na Guerra Fria. Sendo assim, a tensão da disputa ideológica teria levado a governos autoritários em diversos pontos da América Latina, por receio de que se emplasassem medidas que os aproximassem do socialismo. Em suas palavras,

[...] o nacionalismo e o reformismo radicais assustavam, em virtude do exemplo da Revolução Cubana, cujo caráter nacional-democrático cedo se transmutara, desde 1961, numa proclamada revolução socialista. Outros movimentos de libertação nacional em curso aproximavam nacionalismo e socialismo, como na China (REIS FILHO, 2014, p. 47).

Ter em vista esse cenário dos anos 1960 é necessário para que possamos perceber determinados sentidos reconstruídos. No caso de Dilma Rousseff, a partir do momento em que começou a aparecer no cenário midiático, ainda como ministra da Casa Civil no governo Lula (2002-2010), a parte de sua história com ditadura militar também ganha fôlego. Um desses momentos aconteceu quando Agripino Maia (2008), na época senador pelo Democratas (DEM), lembrou, em fala na Comissão Especial de Infraestrutura, uma entrevista de Dilma contando que “mentia feito doido” em depoimentos prestados ao poder militar, quando estava presa no início dos anos 1970. Naquele contexto, o dizer do senador foi entendido como uma provocação e uma insinuação de que a ministra poderia mentir novamente, pois temia estar “voltando aos tempos de exceção”. Dilma, por sua vez, reiterou sua posição anterior

sobre ter mentido, afirmou ter orgulho de sua biografia e traçou diferenças significativas entre a democracia e a ditadura militar:

Qualquer comparação entre a ditadura militar e a democracia brasileira, só pode partir de quem não dá valor à democracia brasileira. Eu tinha 19 anos, fiquei três anos na cadeia e fui barbaramente torturada, senador. E qualquer pessoa que ousar dizer a verdade para os seus interrogadores, compromete a vida dos seus iguais e entrega pessoas para serem mortas. Eu me orgulho muito de ter mentido, senador, porque mentir na tortura não é fácil. Agora, na democracia se fala a verdade, diante da tortura, quem tem coragem, dignidade, fala mentira. E isso, e isso, senador, faz parte e integra a minha biografia, que eu tenho imenso orgulho, e eu não estou falando de heróis. Feliz do povo que não tem heróis desse tipo, senador, porque aguentar a tortura é algo difícilimo, porque todos nós somos muito frágeis, todos nós. [...] E eu acredito, senador, que nós estávamos em momentos diversos da nossa vida em 70. Eu asseguro pro senhor, eu tinha entre 19 e 21 anos e, de fato, eu combati a ditadura militar, e disso eu tenho imenso orgulho (ROUSSEFF, 2008).

A ditadura militar pautou (e pauta) a trajetória política de Dilma, mesmo antes da primeira campanha e eleição, ainda que tenha se intensificado à medida que ela crescia politicamente. Em 2010, esse assunto é repercutido pela imprensa tradicional brasileira de forma mais incisiva. Em 16 de agosto desse ano, a revista *Época* publicou na capa uma foto (Figura 3) de Dilma, aos 22 anos, fichada pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em São Paulo. Junto à foto, a manchete “O passado de Dilma: documentos revelam uma história que ela não gosta de lembrar: seu papel na luta armada contra o regime militar”. A foto, em preto e branco, aliada ao texto, imprime possíveis elos entre o passado de militante de Dilma e algo que pode prejudicar sua carreira. Mais tarde, essa imagem seria ressignificada na campanha eleitoral “Coração Valente” em 2014 da então candidata.

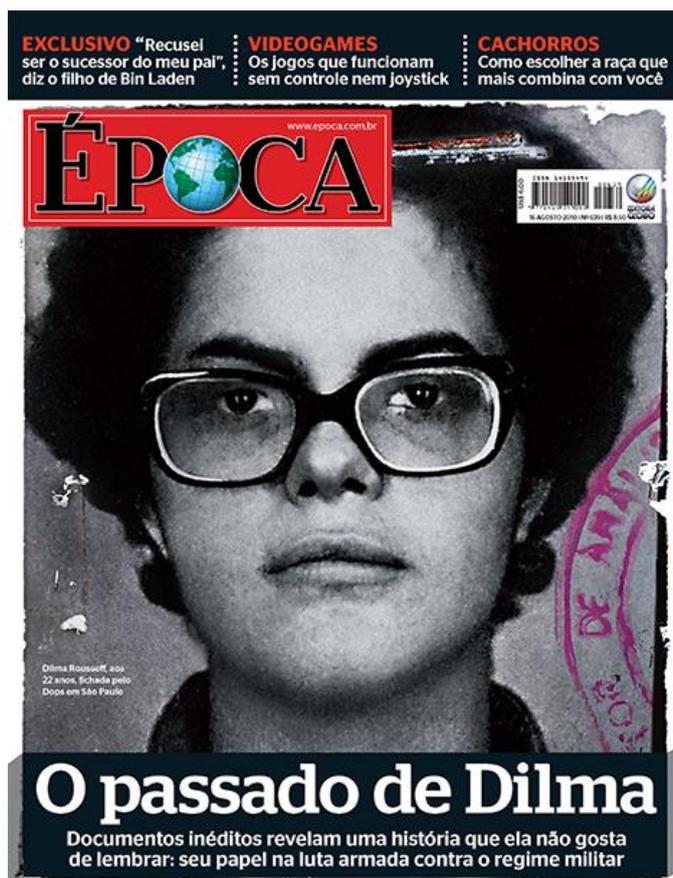


FIGURA 3 – Capa Revista Época: “O passado de Dilma”
 Fonte: Reprodução/Site da Revista Época (www.epoca.com.br)

O interesse na temática também foi visto no jornal Folha de São Paulo durante a campanha eleitoral em 2010. Como mostrado por Borges e Otaviano (2017; 2018), o jornal dedicou-se a explorar os documentos que teriam os motivos da prisão de Dilma em 1970. Com a negação do Tribunal Superior Militar (TSM) para acessar os documentos, considerando que poderia ter “uso político”, o jornal passa a produzir material alegando censura e que o processo seria de “interesse público”; ao mesmo tempo, a Folha apontou que os documentos eram de acesso externo até março daquele ano. Diante da versão que o jornal apresentou sobre a justificativa do TSM, mais uma vez, pode ter projetado sentidos no leitor de que lutar contra a ditadura era algo a ser escondido, sob a pena de transtorno de adesão.

Entretanto, em novembro de 2010, após o fim da eleição, o TSM liberou a consulta da Folha aos documentos. Em diferentes publicações, os principais destaques do jornal foram sobre a prisão Dilma e as funções que exercia no grupo VAR-Palmares, como a responsável por um significativo arsenal e lecionar aulas de política com o intuito de “doutrinar o proletariado” (FOLHA DE S. PAULO, 2010).

Segundo o jornal, Dilma não quis comentar as informações divulgadas. Ao mobilizar a ditadura na democracia, tínhamos em vista como elementos daquele momento aparecem “à luz da história”, seja em período eleitoral – proibido na ditadura, seja na mídia – que vivia, majoritariamente, em estado de censura prévia. Considerando a influência que as mídias podem ter numa eleição e na formação de uma memória social, em relação ao episódio da Folha, Borges e Otaviano (2017; 2018) apontam que, no recorte selecionado por eles, o jornal se restringiu a reproduzir dizeres oficiais de uma época de exceção.

Outra relação entre ditadura e democracia que envolve Dilma Rousseff foi a aprovação da Comissão Nacional da Verdade no seu primeiro mandato, cujo intuito foi “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a fim efetivar o direito à memória e à Verdade histórica e promover a reconciliação nacional” (Lei Nº 12.528/2011). Neves (2012) encara a instauração da Comissão como um esforço de integrar os direitos humanos à democracia. O período que a Comissão avaliou foi de 1946 a 1988, englobando, assim, os anos de regime militar.

Apesar de sancionado no governo Dilma, o texto da Comissão da Verdade foi encaminhado ao Congresso no governo Lula, seu antecessor. A tramitação com Lula foi marcada por conflitos entre a pasta de Direitos Humanos e a Defesa, além de ter chegado ao público o descontentamento de setores ruralistas, da Igreja Católica, das Forças Armadas e dos meios de comunicação (WINAND; BIGATÃO, 2014).

Com a eleição de Dilma, há uma mudança na cobertura do projeto de lei: o foco sai do atrito entre Direitos Humanos e Defesa e passa-se a evidenciar “por um lado a competência e, por outro, a isenção da presidenta no processo de aprovação da Comissão da Verdade”. Essa mudança foi devida, de acordo com Winand e Bigatão (2014, p. 52), pelo histórico de Dilma como atuante contra o regime militar. Desta forma, a presença política de Dilma foi, em certa medida, entendida como vestígios do seu passado de militante.

Mesmo com resistência, como dissemos, a Comissão da Verdade foi aprovada e sancionada. Após trabalho de cerca de três anos, a Comissão entregou o relatório final à Dilma Rousseff, na qual apontava que a tortura, detenções ilegais, violência sexual e desaparecimentos forjados eram políticas de Estado contra a sociedade. Na ocasião, Dilma fez um discurso mencionando o caráter conciliatório que resultaria da

Comissão Nacional da Verdade e coloca a democracia no centro das conquistas nacionais.

Eu estou certa que os trabalhos produzidos pela comissão resultam do seu esforço para atingir seus três objetivos mais importantes: a procura da verdade factual, o respeito à memória histórica e o estímulo, por isso, à reconciliação do país consegue mesmo por meio da informação e do conhecimento. [...]. Repito aqui o que disse quando do lançamento da Comissão da Verdade: nós reconquistamos a democracia a nossa maneira, por meio de lutas duras, por meio de sacrifícios humanos irreparáveis, mas também por meio de pactos e acordos nacionais, que estão muitos deles traduzidos na Constituição de 1988 (ROUSSEFF, 2014c).

Nesse momento, Dilma teve uma postura de apaziguar as divergências, ao falar dos “pactos e acordos”, mas não deixou de apontar as “lutas duras” e os “sacrifícios humanos irreparáveis”, talvez, numa referência, às práticas de torturas, aos desaparecidos e às prisões arbitrárias, enfim, os atos de exceção dos quais ela também foi vítima. Mesmo em um tom mais formal e não exaltado, em uma comparação com a resposta a Agripino Maia, anteriormente citada, ela não deixa de registrar institucionalmente a posição de não silenciar e acobertar as violências cometidas nesse período.

Um possível desdobramento da relação entre Dilma, democracia e a ditadura militar, laureadas pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), está na estabilidade parcial, naquele período, dos dizeres “dos militantes” enquanto versão oficial dos fatos, em detrimento ao dos militares, e nesse, sentido, se institucionalizando. Entretanto, ter uma presidenta “ex-guerrilheira” – que se mobilizou em torno dos esclarecimentos de crimes contra a dignidade humana, no período supracitado – não impediu que florescessem embates discursivos, com a intencionalidade de fortalecer versões em prol do regime de exceção e exaltações públicas de torturadores, como pode ser visto em grupos nas manifestações a partir de 2015 e também no voto do, na época, deputado federal Jair Bolsonaro (2016) (PSC-RJ) na aprovação de prosseguimento do *impeachment*. O então deputado, para legitimar sua escolha pela abertura do processo em dezembro de 2016, fez uma clara referência ao golpe militar de 1964 e ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) de 1970 a 1974 e primeiro militar a ser condenado, em 2008, pela prática de tortura durante o regime militar.

[...] perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff (BOLSONARO, 2016).

O voto do então deputado federal Jair Bolsonaro teve grande repercussão, tanto por votar pela ditadura dentro de rito democrático quanto por homenagear a tortura militar – parte da vida de Rousseff. Ao mesmo tempo em que espantou ativistas e membros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)¹², teve apoio da sociedade, visto que sua aceitação não cessou de crescer e o levaria mais tarde à Presidência da República em 2019.¹³ Desta forma, esse episódio ilustrou um apego autoritário e foi na contramão da proposta dos anos anteriores. Numa crítica à CNV, Reis Filho (2014) aponta que a comissão se comportou “como se a sociedade tivesse resistido sempre à ditadura” (REIS FILHO, 2011, p. 78) e não aprofundou na reflexão entre as bases que sustentaram o regime de exceção.

1.3 Golpe, *impeachment* e o reencontro da primeira mulher presidenta com os sentidos da ditadura militar

Todo processo de afastamento de chefe de Estado é um rompimento da normalidade tanto do correr político quanto do cotidiano do noticiário. Sendo assim, o processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff, instaurado em dezembro de 2015 pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha¹⁴ (PMDB), foi marcado por muitas tensões. Uma delas envolve o próprio ex-deputado Cunha, uma vez que na ocasião o aceite do pedido de afastamento de Dilma foi entendido pelo governo e por parte da

12 Na ocasião, a OAB publicou uma carta de repúdio ao voto de Jair Bolsonaro, considerando um “claro desrespeito aos direitos humanos e ao Estado Democrático de Direito.” como mostrou reportagem da Folha de São Paulo (2016).

13 Jair Bolsonaro (PSL), após sete mandatos como deputado federal (1991 – 2018), se candidatou à presidência pela primeira vez em 2018. Disputou o segundo turno das eleições com Fernando Haddad (PT) e venceu com pouco mais de 55% dos votos válidos, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No primeiro turno, obteve cerca de 46% dos votos, concorrendo com outros 12 candidatos.

14 Eduardo Cunha é um político filiado ao MDB. Exerceu o cargo de deputado federal de 2003 até 2016, quando teve seu mandato cassado pela Câmara. Foi presidente dessa mesma casa a partir de 2015 e renunciou ao cargo em 7 de julho de 2016. Foi preso em outubro de 2016 pela Polícia Federal como parte dos desdobramentos da Operação Lava Jato.

população como uma vingança pelo PT não ter trabalhado pelo arquivamento de um processo contra ele no Comitê de Ética¹⁵.

Junto a isso, depois de uma das eleições mais disputadas¹⁶ com o tucano Aécio Neves (PSDB), o mandato da presidenta enfrentava protestos pelas ruas¹⁷ do Brasil, tendo o Movimento Brasil Livre (MBL)¹⁸ como um dos principais articuladores. Além de pedir o *impeachment*, as reivindicações dos protestos, que se acaloraram em 2016, se concentraram em falas contra a corrupção, pela continuidade da Lava-Jato¹⁹, além de reunir simpáticos à intervenção e ditadura militar.

Ao mesmo tempo, aconteceram protestos favoráveis à manutenção do governo de Dilma, como nos atos do dia 28 de agosto de 2015, nos quais caracterizavam o processo como “golpe” e ilegítimo, relacionando a continuidade do governo como uma “defesa da democracia”. Grande parte dessa percepção se baseava no rompimento do MDB²⁰ com a presidenta, partido que, além de compor a principal base aliada do governo, era o que o então vice-presidente Michel Temer²¹ pertencia. Somada a esses fatores, estavam as controvérsias da abertura do processo e os movimentos de rua das novas organizações. Sobre esse cenário, César Benjamin (2016, p. 32) apontou que, ainda que controversos, os motivos jurídicos existiam, mas eram somados a “motivos políticos”.

Com a breve contextualização desse momento, entre golpe e *impeachment*, focaremos na maneira como Dilma aparece nele. Durante o processo de afastamento,

15 No processo de impeachment, foi um dos protagonistas, pois quinze horas após o PT retirar o apoio a ele em um processo que sofria no Comitê de Ética e Decoro Parlamentar, ele aceitou um dos pedidos de abertura de processo contra Dilma.

16 Segundo informação da TV Câmara, as eleições presidenciais de 2014 foram as mais disputadas desde a redemocratização. A diferença de votos entre Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB) foi de apenas 3,5 milhões de votos.

17 Tais protestos começaram no início do segundo mandato de Dilma e tinham como mote principal os dizeres “contra a corrupção”, “Fora PT” e pelo *impeachment* da presidenta – ainda que naquele momento não se pudesse apontar nenhum crime de responsabilidade.

18 Movimento Brasil Livre (MBL) é uma organização política presente na sociedade civil a partir das manifestações pró-*impeachment* de Dilma. Seu principal líder público era Kim Kataguiri, atual deputado federal pelo DEM. Diferentemente dos outros grupos de oposição ao governo PT, como o “Vem pra rua” e o “Revoltados Online”, Amaral (2016, p.49-50) afirma que o MBL era o mais difícil de rastrear, ao passo que “parecia ter brotado do chão”.

19 Lava Jato é uma operação coordenada pela Polícia Federal desde 2014, com sede em Curitiba. Foi a responsável pela prisão do ex-presidente Lula (PT) em 2018 e do ex-presidente Michel Temer (MDB), em 2019.

20 Na época PMDB.

21 Michel Temer compôs a chapa junto com Dilma em suas duas eleições, veio a público, por meio de uma carta para elucidar uma série de descontentamentos com a companheira de governo. Apesar de Temer ter alegado que não se tratava de um rompimento, a carta intensificou a crise no Planalto e foi entendida como um isolamento do governo petista.

o “ser mulher” e sua biografia com a ditadura militar se encontram como forma de enfrente a acusação, bem como para legitimar a defesa da continuação do governo.

No que diz respeito ao primeiro aspecto, Zdebkyi et al. (2015) apontam que, desde os primeiros meses do segundo mandato, os ataques misóginos à Dilma se intensificaram entre a oposição e os parlamentares eleitos. Em entrevista à revista estadunidense *Time* em 2016, replicada pelo jornal O Globo, Dilma afirmou que o *impeachment* estava relacionado à misoginia:

Misógino, de fato. O fato de uma mulher ter se tornado a primeira presidente da República dá origem a uma avaliação de mulheres que é muito comum, muito estereotipada. Por um lado, as mulheres são histéricas e, quando elas não são histéricas, são insensíveis, frias e sem coração. Eu fui pintada como uma pessoa fria, dura e insensível em um lado. E, por outro lado, fui pintada como uma pessoa histérica (ROUSSEFF, 2016a).

A palavra “golpe” carrega a memória de um período, de modo comum associado à história recente da ditadura militar. Dito isso, “Não vai ter golpe” era o grito de ordem dos protestos contra o *impeachment*. De acordo com Batista (2017), o anticomunismo que alcançou a opinião pública em 1964, aqui apresentado com Napolitano (2014) e Araújo Reis (2010), adquiriu uma roupagem de antipetismo em 2016. Para o autor, o sentimento de reprovação ao partido de Dilma (o antipetismo), “é uma medida em certo sentido polida, que permeia ao anticomunismo e com suas práticas também contribuiu no desenvolvimento de um golpe de estado” (BATISTA, 2017, p. 120). Cenário que pode ter sido reforçado também pelas posições anteriores de Dilma sobre o assunto: orgulho da biografia de militante, discursos em datas simbólicas, a Comissão Nacional da Verdade e a campanha presidencial de 2014 com o “coração valente”, como discutiremos a seguir.

Em seu discurso oficial de defesa no Senado, em 29 de agosto de 2016, antes da decisão pela perda definitiva do mandato, Dilma abordou os temas discutidos. Apontou a relação de seu governo com as mulheres e o apoio recebido nas ruas das “bravas brasileiras” que ela tem a “honra e o dever de representar como primeira mulher Presidenta do Brasil”, caracterizou o processo como golpe “que, se consumado, resultará na eleição indireta de um governo usurpador” e colocou em paralelo sua postura no iminente *impeachment* com a ditadura militar:

Na luta contra a ditadura, recebi no meu corpo as marcas da tortura. Amarguei por anos o sofrimento da prisão. Vi companheiros e companheiras sendo violentados, e até assassinados. [...]. Mas não cedi. Resisti. Resisti à tempestade de terror que começava a me engolir, na escuridão dos tempos amargos em que o país vivia. Não mudei de lado. Apesar de receber o peso da injustiça nos meus ombros, continuei lutando pela democracia. [...]. Aos quase setenta anos de idade, não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram [...] diante das acusações que contra mim são dirigidas neste processo, não posso deixar de sentir, na boca, novamente, o gosto áspero e amargo da injustiça e do arbítrio (ROUSSEFF, 2016b).

Neste excerto, é muito claro o vínculo estabelecido entre a Dilma que exerce a presidência e a que foi militante. No trecho “não seria agora, após ser mãe e avó, que abdicaria dos princípios que sempre me guiaram”, é proposto que o passado de militante está presente em suas atitudes, reverberando na sua postura pessoal e política. Sendo assim, a ocasião do fim do governo Dilma revela, ao menos, duas retomadas de dois aspectos centrais que foram abordados ao longo de sua representação social na esfera pública. Ela relaciona o fato de ser mulher como um dos “pretextos” de sua deposição, assim como um dos motivos para receber apoio das brasileiras. Ao mesmo tempo, relaciona sua coragem de lutar contra o que chama de “golpe” advinda do período que combateu o poderio militar. Assim sendo, podemos considerar que sentidos como “força”, “luta”, “batalha” são elementos que Dilma buscou ao construir sua imagem.

1.4 Dilma no embate²² político

Pertencer ao grupo “mulheres” é considerado fazer parte de uma minoria social. A história nos mostra que, se atualmente a mulher é parte integrante da sociedade e é igual em direitos com relação aos homens no Ocidente, foi por meio de mobilizações e lutas ao decorrer da política, sendo uma das mais simbólicas o Movimento Sufragista, iniciado a partir do século XX que reivindicou o direito ao voto e ao espaço no mercado de trabalho e, desta forma, abriu a possibilidade para que a mulher fosse colocada no mesmo plano de direitos civis que o homem. Com o desenrolar dos fatos e da história, esse momento mostra as profundas diferenças entre mulheres brancas

22 Durante toda a dissertação, “embate” é uma referência ao conceito de “embate discursivo” do Círculo de Bakhtin, no qual diferentes vozes ocupam e disputam espaço numa arena social (BAKHTIN; VOLOCHINOV, 1929 [1986]).

e negras na sociedade, uma vez que as segundas nunca estiveram dissociadas do trabalho fora de casa e dependiam dele para a sobrevivência. Em relação ao voto, ao menos no Brasil só se tornou igualitário para homens e mulheres a partir de 1965, e universal com a Constituição Cidadã de 1988, pois antes disso, quando não excludente de forma sexista, o era de forma classista, ao proibir, por exemplo, analfabetos de participar da eleição.

Deste modo, após esse período de inserção, ainda que parcial, foi a década de 1960 que ficou consagrada como aquela que conseguiu jogar luz sobre questões consideradas silenciadas no debate social, cultural e político. Aspectos, até então, não pautados, romperam o véu da naturalidade e até hoje persistem em desafiar cadeias de construções e pensamentos estabelecidos. Portanto, o tema das mulheres – seus direitos, as violências que sofrem, seu lugar na hierarquia social, as expectativas sobre e sob ela – é um dos assuntos que emergiu mais fortemente nessa época e não cessou de se mostrar urgente e atual.

Em vista dessa exposição, quando Dilma foi eleita em 2010, trouxe para dentro da maior instância de autoridade do país o ineditismo de sua eleição. Porém, antes dela, outras já haviam sido eleitas e experienciado um espaço predominantemente de homens, visto o caso da política Ruth Escobar²³ que conta, em entrevista ao jornal *Mulherio* (apud GOUVÊA, 2014, p. 57) em 1980, que se dirigiam a ela como “uma mulher que vale por 10 homens”. Diante disso, Escobar indaga: “Quer dizer que as qualidades que eu tenho são típicas de homens? [...] E eles acham que me fazem um elogio”. Nesse mesmo sentido, a cientista política Graziella Guiotti Testa, em “Pequena anedota arquitetônica” relatou ao jornal *O Estado de São Paulo*, em 2018, que, mesmo em funcionamento desde 1826, o Plenário do Senado Federal só inaugurou um banheiro feminino em 2016, já no segundo mandato de Dilma. Isso nos mostra que as demandas, exclusões e vitórias relacionadas às mulheres não começaram, nem se encerraram em Dilma.

O que podemos apontar como uma mudança real é o destaque que o cargo trouxe tanto para Dilma quanto para aquilo que tangencia seu mandato. Ocupando um lugar de poder de grande visibilidade, foi permitido a ela propor parâmetros para a observação de mulheres em cargos políticos, e, assim, criar um espaço de

23 Ruth Escobar (1935-2017) foi atriz e produtora. Em 1968, teve seu teatro destruído pelo Comando de Caça aos Comunistas. Foi deputada estadual pelo PMDB por dois mandatos (1981-1987).

comparação para as próximas eleições. O que não significa que serão aceitos e incorporados de forma automática como padrão, pois a validação e a reconstrução de determinados aspectos discursivos dependem também do contexto sociocultural, político, temporal, espacial e linguístico-discursivo das trocas linguageiras e dos sujeitos atuantes no centro dos atos de linguagem.

O questionamento que se inicia, portanto, se dá na interface entre minorias e espaços institucionais de poder. Ao mesmo tempo em que Dilma representou avanços em termos, também expôs os obstáculos para que fosse validada na esfera política e entre parte da sociedade civil. Em nosso entendimento, alguns temas e grupo sociais, mesmo quando dentro de ambientes institucionais e instituídos em posições de poder, podem sofrer impedimentos em sua circulação, no sentido foucaultiano ([1970] 1996). Para Foucault (1996), os discursos passam por procedimentos de exclusão para serem materializados e socializados e dentro desses procedimentos há as interdições que são formas de limitar o dizer. Elas podem aparecer como tabu do objeto, ritual da circunstância ou direito privilegiado do sujeito que fala. O primeiro pode ser entendido como o fato de que não se pode dizer tudo, o segundo relaciona-se com o que você pode dizer atrelado ao lugar em que você está, e o terceiro depende exclusivamente de quem você é. Em outras palavras: não se pode dizer tudo, o que se pode dizer depende de onde está e de quem diz.

Novamente, em uma reflexão sobre as minorias sociais e considerando que elas não são numericamente menores na sociedade – como mulheres e negros(as) –, os processos de “interdição” são parte da estrutura que as mantém em tal local social, seja por falta de visibilidade na mídia, na política ou pela falta de legitimidade dirigidas a elas quando ocupam esses espaços – como foi quando questionaram se Dilma seria a autoridade apropriada para chefiar o Estado na tramitação da Comissão Nacional da Verdade, por ser ela uma “ex-militante” presa, como foi mostrado no 1.2 desse capítulo.

Também como foi discutido, assim como ter uma presidenta não elimina preconceitos machistas de nenhuma instituição, ter a biografia ligada ao combate da ditadura militar não desconstrói estereótipos (re)construídos sobre o período histórico. Desta forma, com Dilma em campanha e na presidência, aconteceu um retorno do tema, ora como exaltação, ora como forma negativa. Contudo, a partir de sua posse, outras “interdições” passam a cercar o seu dizer, pois os lugares de poder não estão livres de padrões e expectativas. Para ilustrar, podemos recorrer ao pronunciamento

de Dilma (2014a) na ocasião de cinquenta anos do golpe de 1964. Ao discursar sobre o tema, Dilma faz um pronto discurso exaltando a democracia e os duros esforços pela sua consolidação, entretanto, sem citar expressões como “golpe” e “militares”:

50 anos atrás, na noite de hoje, o Brasil deixou de ser um país de instituições ativas, independentes e democráticas. Por 21 anos, mais de duas décadas, nossas instituições, nossa liberdade, nossos sonhos foram calados. Nós aprendemos o valor da liberdade, de um legislativo, de um judiciário independentes e ativos, aprendemos o valor da liberdade de imprensa, o valor de eleger pelo voto direto e secreto, de todos os brasileiros, governadores e prefeitos, de eleger, por exemplo, um ex-exilado, um líder sindical que poderia ter sido preso, que foi preso várias vezes e uma mulher que também foi prisioneira. O dia de hoje exige que nos lembremos e contemos o que aconteceu, devemos isso a todos que morreram e desapareceram, devemos aos torturados e aos perseguidos, devemos a suas famílias, devemos a todos os brasileiros [...]. (ROUSSEFF, 2014a).

A opção por não falar diretamente em golpe e em ditadura pode ser entendida como uma maneira de manter o decoro e não criar mal-estar com as autoridades presentes, já que se tratava de uma inauguração de obra e não um evento específico para rememorar o meio século de 1964. Todavia, junto a esse silêncio velado, há o esforço da ex-presidenta em não se desvincular de temas que podem afastar a adesão, mas que compõe sua biografia. Esse esforço pode ser entendido como uma demonstração de que, em seu governo, este passado não seria objeto de silêncio, pelo contrário, é visto como substância política.

Com isso, gostaríamos de nos aproximar do seguinte debate: quando grupos – que, por alguma razão, estão/estiveram à margem da sociedade – passam a ocupar espaços institucionais e a condicionar parcialmente a proposição, apropriação e circulação de temas para a sociedade, eles passam a disputar sentidos com os outros dizeres que já circulam e que, por vezes, são considerados “oficiais” ou “naturais”, como se estivessem presentes de modo espontâneo e/ou genuinamente anteriores a tudo. Retornando a Foucault ([1970] 2006), o autor afirma que o discurso não é o que traduz sistemas e dominações, mas “aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2006, p. 10). Dado isso, o cenário que montamos é de que somente a partir da conquista do direito é que se pode também fazer parte das instâncias decisórias da sociedade e da tomada de poder e, em certa medida, ao mesmo tempo em que esse movimento pode ser visto como inclusão, ele não eleva todos os grupos minoritários junto a ele.

Isso posto, quando o tema é a relação dada entre mulheres e ditadura militar, a presença e postura de Dilma, discorridas ao longo do capítulo, podem ser observadas tanto como de ruptura quanto pelos obstáculos estruturais que encontrou. No Brasil, de acordo com Santiago Júnior (2015), quando se fala em memória, em grande parte é uma referência a minorias, nas palavras do autor, à “história dos excluídos”. Nessa perspectiva, Dilma Rousseff, a personagem que inspira essa pesquisa, ocuparia dois lugares na balança da memória: um como mulher e outro como ex-militante contra a ditadura militar brasileira? Em nosso entendimento, sim, pois esses dois elementos, cada um à sua maneira, nem sempre estiveram integrados aos ritos da sociedade e da “história oficial”.

Por fim, o tema do pioneirismo da presidência e da mulher (na) política, assim como a relação de Dilma com a ditadura, marcaram parte de sua presença pública e se encontraram de modo incisivo durante o processo de *impeachment*, renovando e, ao mesmo tempo, reforçando os sentidos anteriormente firmados pela ex-presidenta, como o da força e o da importância de falar do passado. Esses aspectos que a acompanharam, tendem a, de certa forma, ser referência para se observar o “período Dilma”. Por isso, precisam ser disputados com outros aspectos, como, por exemplo, a política econômica, as escolhas de governabilidade, o discurso da oposição. Esses sentidos dispersos em momentos diferentes da vida pública podem ser um entrave para a construção de uma memória sólida. Desta forma, Dilma e seu “coração valente” serão analisados por nós como uma possível forma de unir tais fatores.

CAPÍTULO 2 - DILMA E O “CORAÇÃO VALENTE”

“Dilma, coração valente”, foi uma frase que durante a campanha eleitoral de 2014 esteve presente em dizeres políticos, camisetas, adesivos, ambiente *online* e em propagandas sonoras e visuais, legendando também fotos, dentre outras enunciações reverberadas no e a partir dos materiais propagandísticos da então candidata à Presidência da República. Todas essas expressões eram vinculadas à Dilma Rousseff, ora ligada à defesa da continuidade do governo, ora como forma de caracterizar a Dilma pessoalmente.

Apresentaremos, no primeiro momento do presente capítulo, o contexto em que o “coração valente” apareceu na página oficial do *Facebook* de Dilma, como buscou adesão dos “seguidores” e, deste modo, de possíveis eleitores. Para tanto, nos alicerçamos no conceito de “texto-fonte” (MAINGUENEAU, 2014), para discussão acerca do “coração valente” e seus desdobramentos.

Por meio de um *jingle*²⁴ – estratégia comum nas campanhas eleitorais – foi que se apresentou ao público tal expressão, pois ela era o título e se repetia no refrão da música. Porém, não é nosso objetivo analisar a estrutura musical, mas como, a partir dela, a frase foi investida de sentidos que a ligam a outros que atravessam Dilma e sua vida pública, entre eles, a militância na ditadura militar, suas ações políticas contra a corrupção, e o fato histórico de ser a primeira mulher a presidir o Brasil. Elementos relacionáveis com o mapeamento apresentado do capítulo 1, e que constituem fios para a estrutura da frase.

Como Maingueneau (2014) aponta, algumas frases são planejadas para serem destacadas de seus textos de origens para circularem em outros contextos e/ou serem mais facilmente lembradas. O autor também defende que pessoas de vida pública agem a fim de que suas falas sejam remanejadas. No caso do “coração valente”, como discutiremos, há o empreendimento de que ela esteja ligada à justiça, força e coragem, por exemplo.

Isso posto, mesmo tendo como ponto de partida um ambiente *on-line*, cujas características são, dentre outras, a vulnerabilidade e a instantaneidade, ressaltamos como a frase destacada não se limitou ao momento da campanha eleitoral, nem à

²⁴ *Jingle* é uma música composta especificamente para promover um produto, marca ou ideia. Em outras palavras, trata-se de uma mensagem publicitária.

*timeline*²⁵ e criou um vínculo com a história, mais especificamente com a ditadura militar e a militância nesse período, ao passo que discutiremos como o “coração valente” pode ir ao e/ou de encontro ao tema mulheres e militância (RAGO, 2014; GIANORDOLI-NASCIMENTO et al., 2012). Por fim, pelos vestígios discursivos apresentados em sua estruturação e pelo debate que acarreta, chegaremos à discussão de que o “coração valente” pode ser um outro lugar de memória (NORA, 1993) para o assunto.

2.1 Dilma, “coração valente”: como, quando, onde e de que maneira

Borges e Otaviano (2017; 2018), ao relacionarem memória e jornalismo, discorrem sobre o lugar comum de que o jornal de ontem só serviria para “embrulhar peixe”, numa referência a como essas partículas informativas fazem parte de um mundo efêmero. De acordo com os autores, diante do universo tecnológico “podemos radicalizar: notícias de uma hora atrás já estão obsoletas” (BORGES; OTAVIANO, 2018, no prelo). Ao mesmo tempo, os autores afirmam que, apesar dessa vulnerabilidade, os jornais funcionam, mais tarde, como fonte histórica, compondo retratos do espectro das disputas discursivas de uma época. Nesse sentido, tendo em vista a rapidez com que conteúdos circulam nas *timelines*, nos questionamos o motivo de alguns dizeres sobreviverem a esse cenário repleto de embates discursivos e vozes dissonantes, onde a velocidade com que os sentidos são evocados, construídos e desconstruídos, aumentou consideravelmente..

Partido desse ponto, desde 2010, as campanhas eleitorais nas esferas de comunicação *on-line* constituem-se como estratégias propagandísticas no Brasil e integram o calendário oficial das eleições, junto a meios tradicionais como a televisão, comícios e o Horário Eleitoral Gratuito Obrigatório. Em princípio, o “coração valente” faz parte desse tradicionalismo, uma vez que é título e tema do *jingle* eleitoral de 2014 de Dilma (Anexo 1). Essa é uma forma já comum de distribuição política: trata-se de

25 Termo em inglês para “linha do tempo”. A linha do tempo organiza as publicações feitas em plataformas como *Facebook*, *Instagram*, *Twitter*. É onde os usuários interagem e podem ver atualizações de seus contatos e também publicar.

uma música feita especificamente para os ritos políticos, especialmente nos períodos eleitorais. Entretanto, será por meio da página oficial do *Facebook* que observaremos como essa frase se movimentou e foi reconstruída nos enunciados projetados na plataforma, uma vez que se trata de um meio de comunicação direta com o público, com possíveis adesões dos co-enunciadores. Além disso, como aventamos a possibilidade de construção de um lugar de memória, nessa plataforma tudo que se posta é pré-selecionado, na expectativa de controlar quais sentidos se colocará para compartilhamento.

Portanto, nesse momento, importa situar uma das maneiras como linguisticamente pode-se entender frases que saltam de seus textos origens e seguem em/para outros dizeres, principalmente inseridos em contextos midiáticos e, aqui, é especialmente importante compreender como o “coração valente” adentrou no mundo público. Desse modo, segundo Maingueneau (2014), autor interessado nas “frases sem texto”, é necessário observar como uma frase se apresentava antes do destaque. Para ele, é “o texto-fonte que apresenta tais ou quais de seus fragmentos como destacáveis” (MAINGUENEAU, 2014, p.13). O “coração valente”, como já foi dito, se apresentou²⁶ como a música da campanha e tinha como refrão a sequência “Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente / Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente”. Desta forma, pela repetição, a frase já tendia ao destaque.

No ambiente *on-line*, Dilma apresentou a música aos seus seguidores do *Facebook* em 20 de junho de 2014 (Figura 4), por meio de um *post* compartilhado. Naquele momento, mesmo divulgando, ela alegou que se tratava de “vazamento”, que na internet, geralmente, significa que algum conteúdo foi divulgado sem autorização ou antes do tempo previsto por canais não oficiais. Essa publicação de lançamento pode ser observada em, pelo menos, três movimentos: o texto escrito junto à publicação, a imagem que acompanha o link e o título da matéria vinculada pelo Portal Fórum. Nos três, há referência ao “coração valente”, ainda que no primeiro seja “Dilma Valente” uma ligação aos enunciados que seguem. Ressaltamos ainda o sentido de espontaneidade que é criado quando a divulgação é feita por Dilma citando um “vazamento”. Nesses termos, estabelece-se como um dos efeitos que o “coração

26 “Coração Valente” é também título de filme de 1995, dirigido por Mel Gibson. Entretanto, não encontramos no *corpus* do trabalho ligação entre o filme e a peça de campanha de Dilma Rousseff.

valente” é uma novidade da qual ela conhecia e se identificava naquele momento, ou seja, como se não fosse uma peça criada na e pela campanha petista.



FIGURA 4 – Imagem *post* no Facebook “Vazamento do jingle”
Fonte: Reprodução/Facebook

De todo modo, diante da maneira como o primeiro *post* foi estruturado, voltamos à Maingueneau (2014), quando aponta as estratégias para antecipar um destaque. Segundo o pesquisador, os atores da vida pública tentam controlar como suas conversas ou fragmentos de entrevistas, por exemplo, serão reempregados; por isso, “colocarão certos enunciados em posições salientes [...] de modo a torná-las destacáveis e favorecer sua circulação posterior”. Ainda de acordo com o autor, é como se “sugerissem quais os fragmentos que esperam ver repetidos” (MAINGUENEAU, 2014, p. 16). Na publicação, a sugestão pelo “coração valente” fica evidente, especialmente, em nossa visão, pela imagem reconstruída de Dilma que tem o destaque como legenda. Essa foto de Dilma (Figura 1), que remete à ditadura militar, discutiremos no próximo subcapítulo “Coração valente e sua vinculação histórica”.

Corroborando com a discussão sobre a escolha de Dilma pelo “coração valente” e como se deu sua circulação, cabe colocá-la no contexto do momento eleitoral. O lema da campanha da ex-presidenta, em 2014, era “Muda Mais”, uma provável ligação com a tentativa de reeleição, assim como dos governos petistas

anteriores. Há pistas desses significados no *jingle*, expressos em: “Você nunca desviou o olhar do sofrimento do povo/ Por isso, eu te quero outra vez/ Por isso, eu te quero de novo/ Você nunca vacilou em lutar em favor da gente/ Por isso eu tô juntinho, do seu lado/ Com você e Lula pra seguir em frente”. Notamos também que, diante de um contexto mais amplo e do material que estamos analisando, o “coração valente” ganha traços de uma escolha personalista, ou seja, uma maneira de transferir o foco para a pessoa, em detrimento do projeto de governo, o que é também uma estratégia de empatia usada em política, pois como visto em Hjarvard (2014, p. 112), “o papel social do político normalmente é minimizado em favor de uma representação que mistura trajetória política com trajetória de vida”. Nesses termos, o “coração valente”, por ser primeiro sobre Dilma, pode refletir na maneira de atuação, porém não é sobre uma proposta de administração.

Validando tais percepções sobre o *jingle* e o “coração valente” é visto em Oliveira et al. (2014, p. 13), que a campanha de Dilma em 2014 teve outros dois *jingles*. Um deles pedia o apoio dos brasileiros, no intuito de não deixar “a mudança ser interrompida e mostrou as conquistas de Lula e Dilma”. Já a terceira música mostrava o apoio de intelectuais e famosos ao PT e à Dilma. Sendo assim, somente o “coração valente” tinha apelo direto à então candidata. Outro apontamento dos autores é sobre a função do *jingle* dentro daquela campanha: “o *jingle* não aparece apenas como diversão, mas também para construir a imagem de Dilma Rousseff e fazer um apelo para que o eleitor votasse em Dilma” (OLIVEIRA et al., 2014, p. 14), ocorrência que, para nós, funciona também como justificativa para analisar a frase.

Desta forma, é desse contexto de significações que o “coração valente” parte. Para Maingueneau (2014, p. 19), há duas maneiras de os destacamentos serem observados: fracos e fortes. No primeiro caso, a frase destacada fica sempre próxima ao texto-fonte. Ele aponta que, na internet, “as sobreasseverações são candidatas naturais ao destacamento fraco, na forma de manchetes, de intertítulos ou de legendas de fotos”, situação essa do primeiro *post* apresentado aqui, dando um direcionamento ao olhar. Nos destacamentos fortes, não há rastro evidente do texto de origem, como ocorre também com o “coração valente” nas publicações que seguem, preterindo a ele um sentido de independência.

Como exemplo do que foi dito, ainda na campanha eleitoral, o “coração valente” apareceu em um *post* de resposta à também candidata Marina Silva, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), atualmente filiada à REDE. Segundo a postagem (Figura

5), Marina havia criado uma analogia entre Dilma e um mangangá, um inseto também conhecido como mamangava, e entre ela própria e um carapanã. O texto-resposta também acompanha uma imagem representando um mangangá (Dilma) próximo a uma flor com a explicação “abelha forte, poliniza flores e só ferroa quando atacada” e, logo abaixo, a representação de carapanã (Marina Silva), acompanhado do texto: “Só faz zunir e chupar sangue”. Além do texto e da imagem, no que se refere ao “coração valente”, ele aparece no texto de abertura, ligado às características do mangangá como podemos observar no enunciado do *post* 2:

[...]. Indelicadamente jocosa, a candidata fez uma analogia infeliz quando se comparou a um carapanã e a presidenta a um mangangá. Nosso **coração valente**, Dilma poderia, sim, ser um mangangá, robusta, abelha responsável por construir, defender e alimentar o ninho. Já o mosquito[...] (ROUSSEFF, 2014c, grifo nosso).



FIGURA 5 – *Post* no Facebook “Mangagá”
Fonte: Reprodução/Facebook

Esse enunciado trata de uma defesa de Dilma e de um ataque à sua concorrente. Nela percebemos que o *post* é uma iniciativa de terceiros, marcados, por exemplo, na referência de Dilma como “a presidenta” e por meio do pronome possessivo “nosso” para falar do “coração valente”, coletivizando, assim, a crítica e a defesa expressas. Desta maneira, Dilma, ao mesmo tempo em que aparece na situação de quem possui uma rede de apoio e de quem está sendo defendida, é exposta como alguém forte, pois, assim como o inseto do Nordeste brasileiro, ela é robusta e responsável pelo bem-estar do “ninho”. Em outras palavras, o saber

sugerido é de que ela é protegida e protetora, e “somente ferroa quando atacada”, gerando um sentido de justiça.

Em uma comparação com o *post* 1, no qual o “coração valente” foi encaminhado para ser o destaque, a publicação 2 apresenta alguns elementos de quais valores ela pretende engendrar ao usar o “destaque”. Um deles é uma retomada de sentidos anteriormente construídos, como a proteção, o ninho e a garantia de alimento, ligados, como discutido no capítulo anterior, às mulheres em postos de poder, que foram reforçados por Dilma, ora mais, ora menos. O mesmo acontece com o investimento em demonstrar a força e a responsabilidade de Dilma, aceitando a comparação com um inseto, características também construídas anteriormente em torno da “mulher brasileira” ou do reconhecimento do fator histórico que ela tem em ser a primeira a exercer a presidência. A novidade, portanto, é a vinculação com o “coração”.

Em outro momento da campanha, estratégia parecida acontece ao mobilizar o “coração valente”, polarizando com outro candidato. Desta vez, a publicação (Figura 6) é um compartilhamento de um texto de uma terceira pessoa identificada como Ivo Menezes. O conteúdo estabelece contrapontos entre Dilma e Aécio Neves (PSDB), já no segundo turno. Sem citar o nome de Aécio Neves, o autor do texto parte do entendimento de que “não há comparação possível entre Dilma e o outro” e, assim, elenca uma série de argumentos para legitimar seu ponto de vista. Entre eles, caracteriza Dilma como: guerreira, destemida, comprometida com a luta e democrata. Ao passo que Aécio seria “um frouxo de caráter, um nada em termos de luta”. À página oficial de Dilma coube somente a frase: “#FacedaDilma: Veja o depoimento do Ivo Menezes sobre a nossa presidenta de coração valente” (Figura 6).

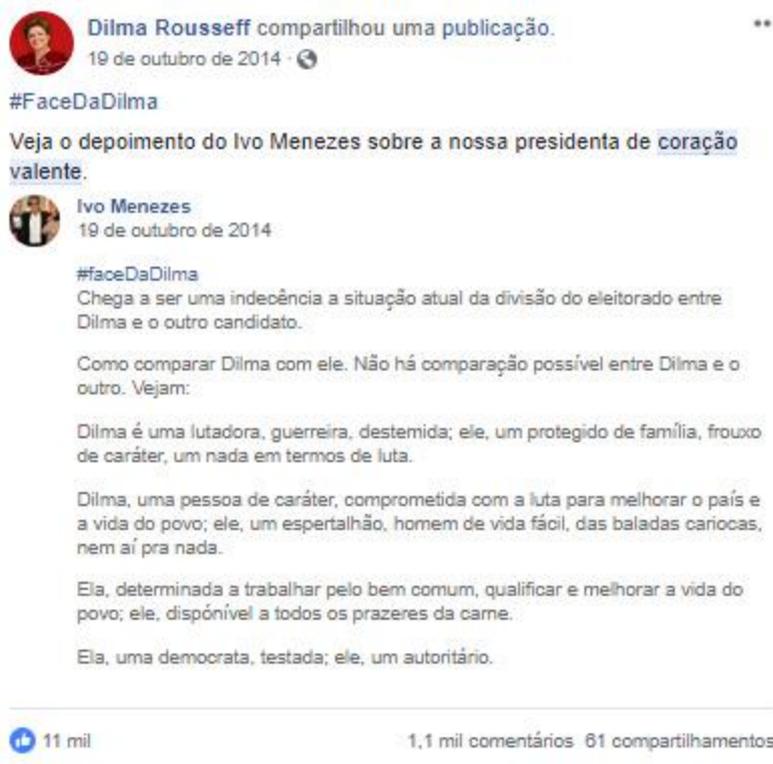


FIGURA 6 – Post no Facebook “Dilma x Aécio”
 Fonte: Reprodução/Facebook

Trazer o posicionamento de outra pessoa para um dos seus centros de distribuição de conteúdo é um método de tentar projetar efeitos de veracidade aos próprios ditos e crenças, na medida em que a legitimidade e credibilidade do primeiro enunciador são, de certo modo, “emprestadas” ao dizer da campanha. O enunciatário em questão, diante do alcance de público proporcionado pela página de Dilma Rousseff, corroborou para o acirramento da polarização desenhada nas eleições presidenciais de 2014, especialmente com os candidatos do segundo turno, como já foi apontado. Desta forma, diante desse reforço, os dizeres compartilhados são vinculados ao “coração valente” pela página, ainda que o autor não tenha usado a expressão. A partir disso, alguns padrões do aparecimento do “coração valente” podem começar a ser elencados, como espectro de “luta”, de combate e o trabalho “pelo bem comum”; sendo que o primeiro, unido ao fragmento “ela, uma democrata, testada; ele, um autoritário” também remete à ligação de Dilma em oposição à ditadura militar, testadas no *post* de lançamento por meio da imagem, mas também pelas de sua participação na ditadura militar, o dito orgulho que garante ter de sua biografia e os esforços em torno da Comissão da Verdade.

Sendo assim, o “coração valente”, afastado de seu “texto-fonte”, busca coerência dentro de outros enunciados, caminhando para o entendimento de que é um “destaque forte”, capaz de caracterizar a ex-presidenta. Entretanto, tal como aponta Maingueneau (2014), a divisão entre forte e fraco não é definitiva, sendo que um destacamento que é aparentemente forte, por exemplo, em uma nota de capa de jornal, (re)encontra seus sentidos numa reportagem completa nas próximas páginas, por exemplo. Por isso, para nossa análise, torna-se fundamental apontar que a campanha eleitoral acontecia em outras instâncias, nas quais o *jingle* era exposto, fato que talvez tenha dado sustentação para frase nos *posts*. De todo modo, as maneiras como ela é abordada refletem as escolhas da significação com as quais a frase se relaciona. Consequentemente, todo o material que engloba a campanha é atravessado pelas múltiplas frentes onde o “coração valente” era exposto. O pronunciamento de posse de Dilma para o segundo mandato é o último momento desse período. O fragmento escolhido para publicação no *Facebook* (Figura 7) fala justamente sobre a música de campanha. De acordo com o enunciado do *post* 4:

#PossedaDilma: Deus colocou em meu peito um coração cheio de amor pela minha pátria. Antes de tudo, o que a música cantava, um coração valente, não é que a gente não tem medo de nada, a gente controla o medo. Um coração que dispara no peito com a energia do amor, do sonho e, sobretudo, com a possibilidade de construir um Brasil desenvolvido. Eu não tenho medo de proclamar para vocês que nós vamos vencer todas as dificuldades, porque temos a chave para vencê-las, vencer todas as dificuldades. Esta chave pode resumida num verso, e esse verso tem, de uma certa forma, sabor de oração, que diz o seguinte: “O impossível se faz já; só milagres ficam para depois” (ROUSSEFF, 2015).



FIGURA 7 – Post no Facebook “Fragmento do discurso de posse”
 Fonte: Reprodução/Facebook

O verso final do excerto do pronunciamento, o qual não conseguimos identificar a autoria, é repetido na foto que acompanha o texto: desta vez, uma Dilma com semblante alegre, acenando e olhando para o céu. Cena que dialoga com o “coração valente” do texto, uma vez que ele aparece cercado de aspectos relativos ao amor, ao sonho, ao controle do medo e à construção de um Brasil mais desenvolvido. Além disso, aparece uma face religiosa, citando “Deus”, “oração” e “milagre”, ao qual pode ser entendido como um dom recebido, simbolismo que fica evidente em “Deus colocou em meu peito”. Diferentemente das outras abordagens expostas por nós, nesse trecho destacado na página, o “coração valente” tem um tom de conciliação e não polariza.

Comparando as outras postagens, no discurso de posse acontece um deslocamento, considerando as imagens que os acompanham e os efeitos de sentidos pretendidos. Os anteriores, pelo conjunto exposto, são mais ligados à luta, no sentido de enfrentamento, no qual podemos relacionar com a guerrilha parte da biografia de Dilma e como isso a diferenciou dos outros candidatos. Agora, existe a permanência dos sentidos da luta – pelo Brasil – mas sem necessariamente apontar o inimigo, não é uma “luta” contra, mas mais “por”. Nesse aspecto, vemos uma aproximação do “coração valente” com uma dimensão de “guerreira”, uma

“batalhadora”, como vinha sendo apresentada antes, vinculadas, por exemplo, quando ela se dirigia às mulheres brasileiras.

Essa mudança de tom pode ser entendida pela circunstância de fala que mudou, ou seja, a partir do momento em que foi eleita, não aconteceu o reforço de polarizações, porém apontar para um cenário que contemple todos os cidadãos. Em outras palavras, ela buscou um posicionamento mais moderado, mantendo um ponto que obteve adesão de seus apoiadores.

Essa manutenção do “coração valente” na estreia do novo governo foi uma das mais apaziguadoras, contudo, foi também um modo de mantê-lo próxima da presidenta Dilma, haja vista que a frase volta a compor os embates políticos na ocasião do processo de afastamento, dessa vez, sem o suporte direto da campanha eleitoral. Isso posto, destacamos uma publicação feita em 29 de abril de 2016, pouco mais de 10 dias após a Câmara dos Deputados ter dado parecer positivo à abertura do processo de *impeachment*, por 367 votos favoráveis a 137 contrários. A frase que abre a publicação “Presidenta, a senhora nos representa!”, pode ser instantaneamente entendida como a defesa da manutenção do cargo. Segundo o enunciado do *post* 5:

“Presidenta, a senhora nos representa! E nos inspira, pela sua história de vida, pelo coração valente e por, desde a juventude, ter entregue a sua vida para lutar por liberdade, por democracia e por um Brasil mais justo.”. Confira depoimento do secretário do Ministério da Saúde, Heidêr Pinto (FACEBOOK, 2016).



FIGURA 8 – Post no Facebook “Texto de Hêider Pinto”

Fonte: Reprodução/Facebook

Junto a esse fragmento, há uma foto da plateia, um homem em um púlpito e pessoas compondo uma mesa, sendo uma delas Dilma Rousseff. A imagem ilustra o evento no qual foi pronunciado o texto. No fundo do palco onde estão os componentes da mesa, há um papel de parede onde salta aos olhos a frase “O Brasil do Mais Médicos é o Brasil que cuida, educa e avança”²⁷. Esse *post*, em especial, corrobora com nossa escolha de buscar no *Facebook* o *corpus* dessa pesquisa, tendo em vista que, em uma eventualidade sobre saúde, foram sublinhado, na página, aspectos que dão destaque à Dilma e, desta maneira, temos acesso de como era direcionado o debate naquele momento e em quais prismas estavam os interesses que sugeriam para circulação.

27 “Mais Médicos” foi um programa de Governo Federal, lançado em 2013, durante o primeiro mandato de Dilma e teve como objetivo suprir a carência de médicos em algumas regiões do Brasil. O programa foi alvo de muitas polêmicas uma vez que os médicos do projeto podiam ser de outro país, fato explorado, midiaticamente, pela aproximação do Brasil e de Cuba. Outro fator refere-se a não necessidade de médicos estrangeiros serem submetidos a revalidação do diploma. Após a eleição de Jair Bolsonaro o programa foi rebatizado, em agosto de 2019, de “Médicos pelo Brasil”. Cuba deixou a parceira com Brasil em novembro de 2018

Desse modo, o “coração valente”, dentro de uma cerimônia de políticas de saúde, possibilita a interpretar como a “história de vida” da Presidenta reflete em todas as suas ações governamentais, tal como ocorria às políticas anunciadas em pronunciamentos, onde fazia crer que tinham respaldo no fato de ela ser mulher e mãe. Além disso, o texto retrata uma Dilma que entregou a vida na luta “por liberdade, por democracia e por um Brasil mais justo” desde a juventude. Nota-se que, nesse caso, o “coração valente” não é a história de vida, a entrega ou a busca por democracia: ele aparece como inerente a esses fatores, como um condicionante, como agente que “inspira” por estar lá. Junto a isso, destaca-se que o depoimento compartilhado é a fala de outra pessoa. Tal aspecto, além de ser uma estratégia de validação, oferece o pressuposto de que o “coração valente” está para além da campanha eleitoral e dos limites das redes sociais.

Tendo isso em vista e retomando a rapidez com que assuntos e ideias somem e aparecem na internet com o qual foi iniciado esse subcapítulo, o “coração valente” aparece fora do seu período de concepção, carregado de sentidos reconstruídos, e, em certo modo, sobrevivendo à instantaneidade potencializada pela internet. Ainda que tenha sido estruturado a partir de pressupostos que facilitariam sua circulação, entendemos sua permanência, no *on-line* e fora dele, para além de sua forma linguística. Sua duração se faz pela retomada de temas como a mulher, a coragem, a continuidade do governo – que estão construídos na música, mas são anteriores a ela. Face ao exposto, acreditamos que o “texto-fonte” do “coração valente” não é somente o *jingle*, pois ele está especialmente investido de história e disputando um lugar na memória, através de saberes impulsionados por Dilma a partir do aumento de sua visibilidade pública.

2.2. O “coração valente” e sua vinculação histórica

Como discutimos, a campanha do “coração valente” aconteceu em diversos meios e carregando variados sentidos. Para nossa pesquisa, é especialmente importante explicitar as vinculações históricas entre a frase de Dilma, a ditadura militar e as mulheres. No *post* 1, no qual uma imagem de Dilma é usada, é a primeira marca discursiva desse vínculo, uma vez que se trata do rosto de Dilma outrora explorado

de maneira distinta, como é o caso do mostrado por nós na Figura 1. Dessa vez, não mais a foto do fichamento, mas um desenho ressignificado do seu rosto, numa espécie de meta-imagem, uma vez que, “dentro” da imagem, há ilustrações referenciando o regime militar, entre elas: protestos, documentos, além da foto que deu origem ao desenho e uma outra de Dilma durante seu julgamento no Tribunal Militar. Desta forma, tal imagem (re)liga Dilma aos enfrentamentos ao governo militar, sob a legenda de “coração valente” e, ainda que frase e imagem tenham seguidos independentes uma da outra, ela passa a fazer alusão à militância da então presidenta e candidata.

Portanto, se o “coração valente” se almeja próximo da militância, projetando a coragem e a luta, ele se ancora também em outros dizeres da campanha, mesmo sem o *jingle* ou a frase por perto. Um exemplo foi uma postagem feita durante o segundo turno das eleições em 14/10/2014, na qual, mais uma vez, é traçado um afastamento com o também candidato Aécio Neves (PSDB). Na ocasião, Dilma divulga uma foto sua, no dia do julgamento no Tribunal Militar e, ao seu lado, uma imagem de Aécio Neves jovem. Com o título de “biografia”, a legenda de cada foto é, respectivamente, “na luta” e “na mamata”. Ao mesmo tempo, o texto que acompanha a foto revela o que cada um dos candidatos fazia dos 17 aos 21 anos, no qual é lembrada a trajetória de resistência de Rousseff e liga a família de seu opositor à ditadura militar. Conforme o **enunciado do post 6:**

VIDAS CRUZADAS: Dos 17 aos 21 anos, a hoje presidenta Dilma Rousseff resistiu à ditadura militar. Foi presa e torturada pelo governo, que contava com o apoio do deputado Aécio Cunha, da Arena, pai do Candidato Aécio Neves. Já Aécio, dos 17 aos 21 anos, foi lotado como secretário parlamentar na Câmara dos Deputados, sem concurso, mesmo morando no Rio, onde frequentava praias, festas e escolas da elite. (ROUSSEFF, 2014)



FIGURA 9 – Post no Facebook “VIDAS CRUZADAS”
Fonte: Reprodução/Facebook

Sob esse ângulo, não só Dilma é exposta dentro de um contexto, como seu adversário. Por esses termos, é montado um cenário onde Aécio Neves representaria a reaproximação da ditadura militar e Dilma seria a consolidação dos preceitos democráticos. A eleição de Dilma, portanto, fica representada por seu alinhamento contra o regime militar, que influenciaria no seu mandato, possibilitando a avaliação mais acertada de que quem governará o Brasil será também a jovem guerrilheira de 1970. Por isso, o “coração valente” fica sempre próximo de tais sentidos, pois a campanha foi cercada do tema de modo a colocar Dilma como alguém que esteve e está “na luta”, que é o que corrobora para a frase ter uma ligação histórica.

Para fins didáticos, podemos observar a foto que inaugura o “coração valente” também como um fator que foi destacado, usando os termos da explicação de Maingueneau (2014), da própria frase. Se, em um primeiro momento, uma complementava o sentido da outra, é importante apontar como a imagem passou a aparecer sem frases, pois mesmos distantes, elas se apoiavam reciprocamente. Com essa breve apresentação das imagens, buscamos demonstrar um caminho onde, como estamos discutindo, a campanha se ancorou. Na condição de o rosto de Dilma jovem ter uma ambientação histórica e ter vinculação com o “coração valente”, a maneira como ele foi usado pode ter funcionado como reforço positivo dos sentidos que a frase quis mobilizar. Nas imagens abaixo, temos dois momentos em que o rosto histórico é vinculado ao combate à corrupção.



FIGURA 10 – Post vinculado na página oficial de Dilma Rousseff no *Facebook* em que o rosto jovem da então candidata à reeleição é vinculado ao combate à corrupção
Fonte: Reprodução/*Facebook*



FIGURA 11 – Post vinculado na página oficial de Dilma Rousseff no *Facebook* em que o rosto jovem da então candidata à reeleição é vinculado ao combate à corrupção
Fonte: Reprodução/*Facebook*

Nessas duas publicações, em setembro e outubro de 2014, os esforços contra a corrupção estão relacionados historicamente à Dilma. Porém, não ao seu mandato anterior ou a outros cargos que exerceu. O fragmento “quem criou condições como eu”, na segunda imagem, pode ser uma referência, por exemplo, à lei que estendeu o uso da delação premiada, em 2013²⁸, como meio de aprimorar as denúncias de ilegalidades na política. Entretanto, a proximidade do enunciado com a imagem leva o “como eu” para o cenário de militância, como se a Dilma que criou tais condições

28 Embora, em 2018, Dilma tenha afirmado, em sua participação no evento *Brazil From UK*, reproduzida pela Carta Capital (2018), que se arrepende de ter assinado a lei. “Infelizmente assinei a lei que criou a delação premiada. Digo infelizmente porque ela foi assinada genericamente, sem tipificação exaustiva. E a vida mostrou que sem tipificação exaustiva ela poderia virar uma de arbítrio, de absoluta exceção.”, disse a ex-presidenta.”

fosse, unicamente, a guerrilheira contra o regime militar. Estratégia parecida ocorre no primeiro *post*, uma vez que a demonstração de intransigência com a corrupção, “doa a quem doer”, está relacionada mais uma vez ao sentido de coragem de seu rosto jovem.

Ao mesmo tempo, o “fato histórico” de ser a primeira mulher na presidência, destacado por Dilma desde 2010, aparece na música *jingle* por meio dos versos “*Mulher de mãos limpas (tô com você) / Mulher de mãos livres (tô com você) / Mulher de mãos firmes, vamos viver uma nova esperança*”. Sendo assim, a repetição do vocábulo “mulher” pode ser lido como um interesse desse aspecto de não afastar-se da então candidata à reeleição. Entretanto, dessa vez, eles se encontram dentro no universo “coração valente”, dando sentido a ele. Além disso, os termos “mãos limpas” e “mãos livres” vão ao encontro das mobilizações em torno da promessa de combater a corrupção.

Dessa forma, o “coração valente” estabelece diálogos com a ditadura militar, marcando um sentido de coragem e justiça, com a presidência de uma mulher e também une a militância de Dilma a uma postura de combate à corrupção. A construção do “coração valente”, tal como problematizamos, elenca diversos aspectos da vida de Dilma e, além de sua potência em ser uma frase que repercute em ambientes midiáticos e comunicacionais, ela está ancorada em valores históricos anteriores. Entretanto, esses sentidos propostos encontram outros, mais ou menos estabilizados, tanto no que diz respeito ao discurso dominante, quanto historicamente e de aceitação política.

Um exemplo desses “encontros” pode ser notado numa paródica do próprio *jingle* que também circulou nas redes. Nele o “coração valente” é substituído por “mulher delinquente” e nos versos nos quais se repetiam o vocábulo “mulher”, anteriormente citados, aparecem “*Mulher comunista (é do PT) / Mulher terrorista (é do PT) / Mulher sem preparo/ que pegou o governo de herança*”. Nessa paródia, Dilma está representada de modo oposto ao que é discursivamente exposto na campanha, uma vez que ela não seria responsável nem pelo governo que “pegou de herança”. Além disso, a adjetivação de “terrorista” remete à ditadura militar, tendo em vista que aqueles que se organizaram contra o regime eram caracterizados desta maneira.

Em suas conclusões sobre imprensa e memória, Nascimento (2011, p. 13) aponta que Dilma “continua sendo apresentada como guerrilheira, assaltante, diretamente envolvida no mundo do crime”, enquanto o presidente Costa e Silva

(1967-1969), o segundo do período militar e o que decretou o AI-5, é apresentado como quem quis ser “conciliador, administrador, com a possibilidade de diálogo com os diversos setores da sociedade” (NASCIMENTO, 2011, p.13).

Portanto, a presidenta de “coração valente”, ligada à ditadura, que representa coragem e apelo democrático, não é um ponto sem conflito. Ainda de acordo com Nascimento (2011), quando Costa e Silva, em 1968, criou a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), o objetivo era sensibilizar a população e investir numa “memória oficial”. Esse “enquadramento, seleção e organização da memória”, de acordo com a autora, acaba por privilegiar alguns grupos sociais em detrimentos de outros e, por conseguinte, cria-se “critérios de relevância social do passado” (NASCIMENTO, 2011, p. 13). Partindo desse ponto, o “coração valente” flerta com pressupostos históricos como forma de engendrar uma possível memória. Como aponta Nora (1993), história e memória pertencem ao passado, contudo, não se confundem, pois, em linhas gerais, a segunda se vive no presente, e assim, passa por conflitos e disputas, como tudo que existe na, pela e a partir da linguagem.

2.3 “Coração valente” e “M’s” da questão: mulheres, militância, política e militares

Os mapeamentos e análises realizados sobre o texto-fonte “coração valente” evidenciam um atravessamento e imbricamento de sentidos advindos de distintos campos discursivos. Esse sentidos passaram a compor o espectro multifacetado do discurso político que integra a estratégia de campanha eleitoral de Dilma Rousseff, com foco na desconstrução e reconstrução de valores em torno da relação entre “mulher e poder”, “mulher, ditadura e militância” e “mulher brasileira”, disputando as nuances das memórias.

A tabela 1 apresenta um quadro-resumo dos principais sentidos invocados a partir do texto-fonte “coração valente” e os seus sentidos atrelados, os quais procuram contribuir para a formação de representações sociais em torno da noção de “mulher”.

Frase destacada / Texto-fonte	Sentidos principais projetados	Desdobramentos de sentidos relacionados	(Re)construção do sentido de “mulher”
“Coração valente”	Metáfora “abelha forte”	Força. Protegida e protetora, responsável pelo bem-estar do “ninho”.	Mulher em posto de poder Mulher brasileira
	Luta	Guerreira, destemida. Combate, trabalho pelo bem comum Coragem e justiça	Mulher brasileira
	Democrata	Embate entre democracia e autoritarismo	Mulher, ditadura e militância
	Conciliação	Guerreira, batalhadora	Mulher brasileira
	História de vida	Passado inspirador reflete-se no modo de governar	Mulher, ditadura e militância
	Combate à corrupção	Potência “Mãos limpas”, “mãos firmes”. Associação com fator histórico de coragem e justiça	Mulher em posto no poder Mulher, ditadura e militância

TABELA 1 – Quadro-resumo dos sentidos mapeados em torno do texto-fonte “coração valente” durante a campanha à reeleição de Dilma Rousseff

Fonte: elaboração nossa

Como pode ser observado na tabela 1, incide um atravessamento de memórias relacionadas à mulher, militância e ditadura para a constituição do texto-fonte “coração valente”. A estratégia da campanha à reeleição de Dilma Rousseff passa a disputar os sentidos em torno de determinadas memórias, até então, estabilizadas. Especialmente no que tange à ditadura militar, abre-se para a discussão das mulheres nesse período, visto que registrado bibliograficamente os desafios encontrados por elas. Junto a isso, averbação deste fragmento da vida, ora como vista na *Época* (2011) (Figura 3), ora por pelo “coração valente” que, ao criar pequenos fios com a ditadura militar e a militância, atravessam os sentidos de um passado inspirador, de luta e de coragem. Essa retomada da atuação e representações sociais sobre as mulheres nos aponta a seguinte questão, em uma referência ao título de Aleksievitch (2016), “A guerra não tem rosto de mulher”: a ditadura militar teve rosto de mulher?

A resposta para essa pergunta não se encerra em uma versão dicotômica: “sim” e “não”. Porém, há evidências históricas de que, assim como em outros períodos, as

mulheres passavam por camadas de exclusões que a impediam de serem reconhecidas no papel de protagonista. No que se refere aos movimentos de resistência, Paiva (2015) aponta que, na nossa sociedade, as armas e a guerra são, normalmente, associadas à masculinidade. Entretanto, as mulheres participaram de movimentos armados, da política e da sociedade civil, apesar do pouco reconhecimento.

De acordo com Meirelles (2011), na teoria as organizações de esquerda eram baseadas em igualdades entre todos, contudo eram guardados rígidos códigos de conduta entre homens e mulheres. Os partidos e organizações controlavam diversos aspectos da vida de seus integrantes, como registra Gianordoli-Nascimento et al. (2012). Tal gerência incluía namoro, casamento e quando se tratava de gravidez, ela era “geralmente repudiada pelos dirigentes por considerarem-na mais um fator de risco e fragilidade para o grupo” (GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p. 303).

Nesse mesmo sentido, pautas trazidas por mulheres eram vistas como secundárias dentro de organizações e partidos à esquerda, como a violência contra mulheres, desigualdade de oportunidades. Como descreveu Rago (2014, p. 120), era “aborto *versus* qualquer coisa”, ao passo que contrapunham o debate sobre aborto com “constituente, aborto com aumento de salário, para mostrar que nossa luta não tinha importância” (TELES, 2008, apud RAGO, 2014, p. 133). Nesse seguimento sobre a irrelevância dada a tais temas, Amelinha Teles²⁹, conta que

A mesma coisa em relação à violência contra mulher, foi pior ainda porque, em relação ao aborto, eles nunca tiveram coragem de fazer um discurso contra o aborto [...]. Mas quando foi a violência contra a mulher, eles falavam: “você está dividindo a classe operária, denunciar o trabalhador que é o marido dela, que garante a sobrevivência dela” [...]. Aí era de amargar (TELES, 2008, apud RAGO, 2014, p 130).

De outro lado, quando encontradas pelos agentes do regime militar, também eram alvos de violências distintas das dos homens. De acordo com Tomazoni (2015), as mulheres tinham uma cota a mais de sofrimento que era dirigida à violência sexual (estupros, às vezes seguidos de gravidez) ou dos rituais de humilhação em função de seu gênero. Relatos nesses aspectos podem ser encontrados no acervo da Comissão da Verdade, assim como referências bibliográficas. Amelinha Teles conta (apud

29 Amelinha foi militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Foi presa em 28 de dezembro de 1972 pela ditadura militar brasileira.

RAGO, 2014), que os torturadores se aproveitavam de ações corporais como a menstruação e a gravidez para potencializar suas ações. Nesse sentido, também podemos apontar o depoimento de Elza Lobo³⁰, que recorda como os policiais agiam com as mulheres:

Os policiais fizeram muitas provocações em cima da nossa condição de mulheres. Como mulher, tínhamos de ser amantes de alguém, ou senão éramos lésbicas; se tinham família ou se não tinham, finalmente tudo girava em torno de um ponto fundamental que era a família como célula da pátria. E se eu não era casada [como não era], estava ali a razão de ser terrorista (*BM*, ano 4, n.º 16, set. de 1979, p.5, apud Rago, 2014)

No bojo dessas violências, Dilma Rousseff não foi uma exceção. Em 2001, no Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais, a ex-presidenta relatou que teve seus dentes quebrados com socos e sofreu tortura tanto física como psicológica. Uma das agressões contadas por Dilma foi ter ouvido: “Eu vou esquecer a mão em você. Você vai ficar deformada e ninguém vai te querer. Ninguém sabe que você está aqui. Você vai virar um ‘presunto’ e ninguém vai saber”. A referência à aparência e a uma aprovação afetiva – “Você vai ficar deformada e ninguém vai te querer” – fazem parte do jogo de violência porque na nossa sociedade, muitas vezes, o sucesso da mulher é associado à beleza e ao quanto ela consegue ser atraente. Não por um acaso, é comum que mulheres vítimas de violência doméstica sejam agredidas no rosto³¹, pois é uma maneira de dominação masculina, uma vez que se espera da deformação explícita um meio da vítima não se relacionar com mais ninguém e/ou não ter acesso ao espaço público, na busca de trabalho, por exemplo.

Em resumo, como afirma Gianordoli-Nascimento et al. (2012, p. 298-299), “falar de mulheres militantes implica falar de mulheres exiladas, perseguidas, presas, torturadas”, assim como daquelas que foram atingidas por estarem perto de seus familiares e pessoas próximas que de alguma forma eram afetados pelo contexto, como também de mulheres que tiveram “suas casas reviradas, seus pertences confiscados, suas vidas invadidas [...] que buscaram a liberdade em tempos de ditadura e enfrentaram a violência dentro e fora de seus partidos”.

30 Elza Lobo, presa em 1969 pela Operação Bandeirantes, posteriormente foi interrogada e torturada.
31 Segundo Garbinn et al. (2006), a preferência dos agressores pela face é uma maneira de humilhação, pois isso imprime a “marca” do agente da violência e reflete uma grande simbologia porque a lesão fica visível.

À vista disso, a pergunta que abre esse item do capítulo 2 (a ditadura militar teve rosto de mulher?) surge tendo em vista como Dilma e seu “coração valente” se vinculam historicamente a esse cenário, uma vez que, em nosso entendimento, e diante do exposto, o “rosto” das mulheres na ditadura carrega em grande parte sofrimento, desilusões e traumas, enquanto a militante Dilma, dentro do que estamos analisando, carrega sentidos positivados para a democracia, como se fossem “frutos” do período de prisão.

Evidentemente, não podemos determinar uma maneira correta de lidar com o passado de militante e seus prováveis traumas, tampouco exigir uma memória una e concreta de diversas mulheres, além de ter que considerar que o “coração valente” é uma peça publicitária que pode ou não ter tido a aprovação de Dilma, visto que ela está inscrita num jogo partidário anterior a ela. O sentido de nossos apontamentos é nos termos de que o “coração valente” está propondo uma maneira de lidar com esse passado histórico, que ultrapassa e/ou dialoga com uma face mais heroica para as mulheres nesse período, se afastando do tom “denunciativo”, para a consolidação de um capital político, seja porque o “coração valente” está sempre em combate, seja porque suas ações são vinculadas a esse passado, como no caso da denúncia da corrupção.

Ao mesmo tempo em que é possível um desencontro entre as narrativas de desigualdade e os vestígios discursivos do “coração valente”, também acontecem aproximações. Gianordoli-Nascimento et al. (2012) apresenta como a mesma realidade criava posições distintas, quer dizer

para muitos a ação contra a presença militar no poder e contra as condições sociais brasileiras não passava nem pela militância de esquerda nem pela luta armada, ou passava pela primeira e não pela segunda, configurando outros tipos de resistência ao sistema (GIANORDOLI-NASCIMENTO, 2012, p, 277).

Considerando as multiplicidades das formas de militância, destacamos a maneira como Marília Andrade³², no documentário “Democracia em Vertigem” (2019), relata a identificação que sente por Dilma, mesmo que não tenha em sua biografia os aspectos ligados à tortura, por exemplo. Nas palavras dela, sentiu por Dilma uma

[...] identidade cada vez maior, porque mulher, mineira, militante... Em épocas diferentes estudamos nas mesmas escolas, e fomos presas no

32 Marília Andrade foi presa em 1968, em um congresso da UNE. Viveu em clandestinidade durante parte da Ditadura Militar, segundo narra o documentário “Democracia em Vertigem” (2019).

mesmo presídio, Tiradentes, eu por menos tempo, claro. E, acima de tudo, ela lá por mim, sem eu ter o ônus de aguentar tudo que ela ia aguentar (ANDRADE, 2019).

De todo modo e diante disso, podemos considerar que a ditadura militar brasileira não teve rosto de mulher, nem por parte do regime, nem da resistência, e como é visto em Rago (2014, p. 64), mesmo nas “escritas contemporâneas das Comissões da Verdade que lutam por reparação [...] as pesquisadoras feministas constataam a ausência de vozes femininas”. Todavia, Dilma apareceu em momentos distintos como uma protagonista da resistência e até mesmo da luta armada, seja pela mídia brasileira ou por enunciados de outros políticos, como apresentamos no capítulo 1, e, finalmente, em sua campanha eleitoral de 2014. Assim sendo, o “coração valente” disputa, ao menos, esses dois enredos: primeiro, contra a representação social negativa de ex-militante e, segundo, com as outras mulheres que têm traços biográficos em comum com a ex-presidenta. Por essa razão, identificamos, na frase destacada “coração valente”, um potencial de “lugar de memória” (Nora, 1993) em construção, visto que ele sinaliza para uma nova forma de lidar com o passado, e, por conseguinte, com o presente. Tal argumentação será desenvolvida no capítulo 3, a seguir.

CAPÍTULO 3 - “CORAÇÃO VALENTE” COMO UM “LUGAR DE MEMÓRIA”

Entre os modos que podemos compreender a memória como um campo de estudo que ultrapasse o ambiente privado e de lembranças, os “lugares de memória” de Pierre Nora [1984 (1993)] oferecem um meio para compreender como a memória está nas engrenagens sociais e cotidianas, e nos possibilitam uma forma de estar em uma coletividade. Convém registrar que a obra de Nora (1993) é situada³³ num momento de desconforto com a pós-industrialização, a qual, surgiu a necessidade de uma crítica ao modo de compreender as sociedades, suas historicidades e o sujeito moderno. Todavia, a consistência de sua pesquisa não cessou na atualidade e na produção acadêmica.

Tendo isso em vista, no presente capítulo, partimos do estudo de Nora (1993) para estabelecer um modo de debater sobre o “coração valente” dentro de um ambiente sociocultural, a partir da dimensão discursiva. A partir do entendimento que os lugares de memória não são apenas, ou necessariamente concretos, como as praças, monumentos ou museus, mas também simbólicos, sendo formado pela coalizão desses fatores. Como aponta o autor, “mesmo um lugar puramente material, como um depósito de arquivo, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma áurea simbólica” (NORA, 1993, p. 21). Desta forma, entendemos como apropriada a aproximação entre o “coração valente” e os lugares de memória. Assunto que é objeto de nossa discussão no primeiro momento do capítulo.

Em sequência, retomamos alguns pronunciamentos de Dilma Rousseff para discutir a construção de memória como um lugar também de ameaça aos sentidos por ele mobilizados. Por exemplo, é um fato que Dilma é a primeira mulher a ser presidenta do Brasil, mas tal fato pode não ser discutido ou celebrado, gerando, assim, um silenciamento do tema. O mesmo ocorre com os outros fatores recorrentes em torno de Dilma como a militância, a ditadura e sua atuação na política como reflexo de todos esses elementos.

Por fim, continuando a discussão em torno do “coração valente” como um potencial lugar de memória, discorreremos sobre como ele pode pautar novas maneiras de lidar com um passado histórico, ao passo que ele é uma proposta de enfrentamento que dialoga com uma face heroica. Como partimos do pressuposto que não existe

33 O texto “ Entre a história e a memória: a problemática dos lugares” é um original francês de 1984, traduzida para o português a partir dos anos 1990.

uma memória pura, consideramos, assim, apropriações e movimentos que, ao longo tempo, como aponta Reis (2014) podem sobressair como a versão oficial da história.

3.1. Encontrando os lugares de memória

Ao longo dessa dissertação, apontamos o tripé “mulheres”, “política” e “ditadura militar” em torno de Dilma Rousseff. Esse tripé está na sua primeira candidatura, em seus pronunciamentos oficiais, na campanha de reeleição, e foram reverberados no processo de *impeachment* em 2016. Sobre a “mulher”, é um fato dado que Dilma foi a primeira mulher a exercer a presidência no Brasil. A partir disso temos o silêncio de alguns setores sobre o fato histórico, assim como o pioneirismo aparece como um fator importante em seus dizeres, assim como, a partir dele, é possível mobilizar valores ligados à maternidade, ao carinho e ao cuidado e à proteção. No que diz respeito à ditadura militar, esses sentidos estão, em grande parte, relacionados à coragem e à superação, assim como à construção de valores democráticos e de justiça. Por fim, no que se refere à política, ela é tangenciada pelos aspectos biográficos da ditadura e de ser uma mulher na presidência, ao passo que as propostas e posturas políticas de Dilma seriam reflexos dessas duas referências.

Com esse debate posto, o “coração valente” seria aquilo que reúne esses aspectos do tripé. Ou seja, não é preciso dizer, a cada novo embate discursivo que ela é, *ipsis litteris*, a primeira mulher a exercer a presidência, que foi militante na ditadura e, por isso, seu governo trabalha pensando nas mulheres e/ou tem a coragem de quem preza pela democracia, sendo, em tese, suas ações emblemáticas ou legitimadas por esses aspectos, pois, esses sentidos estariam todos já integrados ao “coração valente”. Isto é, espera-se que receptor percorra o caminho determinado ao enunciar “coração valente”, quer dizer, um caminho que ligue Dilma aos termos dos desdobramentos e (re) construções vistos na Tabela 1, na página 53.

Para que essa percepção fique registrada concretamente, expomos uma publicação feita em 16 de agosto de 2016 (Figura 12), antes do julgamento do *impeachment* no senado, na qual o “coração valente” aparece como título. A publicação comenta uma entrevista que o ex-presidente Lula deu à *BBC Newsnight* e, mais uma vez, reúne a noção de enfrentamento e de ato histórico. Esse “coração valente”, mais de dois anos distantes dos dizeres da campanha eleitoral, não é

desprovido dos sentidos construído ao longo desse período. Pelo contrário, ele justifica os motivos de Dilma se “expor corajosamente” àqueles que a acusam.



FIGURA 12 – Post no Facebook comentando uma entrevista de Lula à *BBC Newsnight*
Fonte: Reprodução/Facebook

Ainda nesse sentido, em 29 de agosto de 2016 (Figura 13), também na época do processo em que perdeu o mandato, o “coração valente” aparece, outra vez, como título para comunicar que Dilma se defenderia no Senado Federal. A postagem aponta a defesa da democracia, de um país mais justo e da postura da então presidenta Dilma diante da situação: “cabeça erguida” e “consciência tranquila”. Esses são valores que já haviam sido relacionados ao “coração valente” pautam novamente sentidos da vida pública de Dilma, uma vez que ela gera uma memória discursiva, ou seja, a cada vez em que se relaciona Dilma e democracia, também se invoca Dilma e ditadura militar, e a ponte para isso é o “coração valente”.



FIGURA 13 – Post no Facebook no dia em que Dilma se defenderia no Senado Federal
Fonte: Reprodução/Facebook

Por esses termos apresentados, dialogamos com o lugar de memória de Nora (1993), na medida em que este se fixa na sociedade e passa a integrá-la como parte dela. Nomes de ruas, praças e escolas, homenagens a pessoas, placas comemorativas, museus e monumentos, dentre outros, são esforços da sociedade para que algo permaneça entre as amarras discursivas do presente. Muitas vezes, não percebemos quais são esses lugares que compõem nossos dizeres e agir cotidianos, pois já estão imbricados na regularidade discursiva. Nesses dois últimos exemplos do *corpus*, vimos um “coração valente” distante de seu texto-fonte e nos termos de que se quer regularizado discursivamente. Uma possível interpretação é: quem vai se defender no Senado não é simplesmente a Presidenta Dilma Rousseff, mas sim o “coração valente”.

Essa coagulação entre Dilma e “coração valente” pode ser analisada também como a construção de um “dizer inquestionável”, discutido por Dahlet (2015), que visa conter manifestações contraditórias, por meio de um “jogo sem marcas da enunciação” (DAHLET, 2015, p. 216). Desta forma, ao apresentar o “coração valente” de tal maneira, pode ser uma possibilidade de inscrevê-lo nos parâmetros de um “dito

óbvio”, no qual seu trajeto discursivo é esperado pelo enunciador. Em nosso entendimento, esse princípio de apagamento das pistas evidentes enunciativas pode representar enfraquecimentos nos embates, uma vez que, por mais que haja um aparato anterior, o ato comunicacional não oferece garantias³⁴ de adesão, feito como ocorre com os lugares de memória que, mesmo estando inseridos no cotidiano, não implicam apelo ao motivo pelo(s) qual(is) foram edificadas.

Além disso, os “lugares de memória” podem ser percebidos tanto de forma simbólica, quanto concreta, englobando a coletividade, o esquecimento e, desta forma, a cultura, a política, dando pistas dos valores de determinada época. Por serem híbridos de história e memória, esses lugares precisam de uma raiz, contexto, de um nascimento. Ou seja, precisam de história, de algo que os ligue ao passado, ao passo que a memória é um “elo vivido no eterno presente” (NORA, 1993, p.9). Desta forma, uma aproximação entre o “coração valente” e os lugares de memória também se dá nessa interface memória-história, uma vez que ele, como defendemos anteriormente, está relacionado com a história, especialmente na ligação com a ditadura militar de 1964, mas também no fato histórico de ser Dilma a primeira mulher na presidência do Brasil, fato este que torna simbiótica a relação entre a presidenta e as sucessivas lutas por direitos igualitários das mulheres.

Desta forma, tornar o “coração valente” um lugar de memória, não significa, todavia, que tais lugares não precisem ser comemorados de tempos em tempos, como afirma Nora (1993), pois eles não são espontâneos, quer dizer: “não há memória espontânea” (NORA, 1993, p. 13) Até mesmo os lugares mais estabilizados, fora de evidentes embates discursivos, precisam de suas celebrações, rituais, para que não rompam com os motivos de sua criação. Aliás, qualquer lugar de memória pode ser questionado. Foi o caso, por exemplo, do projeto “Ruas de Memória”, de 2015, da cidade de São Paulo³⁵, que visava rebatizar vias com nomes de pessoas ligadas ao governo militar, com a justificativa de que seria uma “reparação simbólica” diante das vítimas da ditadura.

34O ato de linguagem é como um jogo, podendo acontecer ajustes e mudanças, a depender da estratégia, sendo os sentidos negociáveis entre os protagonistas da comunicação. Nas palavras de Charaudeau (2008), esse processo é “uma expedição e uma aventura” (CHARAUDEAU, 2008, p. 56).

35 “Ruas de memória” foi um projeto, de 2015, da Secretaria de Municipal de Direitos Humanos que tinha como objetivo alterar o nome de 22 vias da cidade São Paulo. O motivo da mudança é que tais vias homenageavam agentes ligados à ditadura militar, entre elas a Rua Dr. Sergio Fleury, a Avenida Presidente Castello Branco, e o Viaduto 31 de Março.

Ao mesmo tempo, Nora (1993) também advoga que os lugares funcionam em três movimentos: material, simbólico e funcional. Tais movimentos acontecem de formas simultâneas, ainda que em graus diferentes, e, sempre, coexistem. Nas palavras do autor, até mesmo “um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança” (NORA, 1993, p. 21-22).

Nesses termos, e de modo geral, salientamos que “coração valente” carrega tais características, ao passo que sua materialidade é linguístico-discursiva, é simbólica, pois não temos meios para acessar o “coração” – o órgão - para verificar se ele é feito de valentia. Porém é essa pequena frase que reuniu e disparou os sentidos por nós analisados.

Desta forma, quando “coração valente” é mobilizado para representar Dilma politico-socialmente, ele é a materialidade que provoca uma “chamada concentrada da lembrança”, não importando o contexto presente. Será a partir dele que se criará uma teia de sentidos, que pode ser usada como argumento para legitimação de postura e escolhas políticas.

Com essa relação estabelecida, acreditamos que, mesmo o “coração valente” sendo apenas uma série de enunciados que se caracterizam num conjunto de dizeres, ele se inscreve de forma linguístico-discursiva como lugar de memória, pois há um registro claro daquilo que reúne as construções e desconstruções em torno de Dilma, que é o “coração valente”. Nem todos os discursos, aqui no sentido foucaultino, daquele que, de modo geral, constrói conhecimentos para serem vistos como norma ou verdade, são nominalizados (DAHLET, 2015). Quer dizer, existe uma vasta horda de discursos que visam regular e/ou regulam as práticas sociais, mas nem todos passam pelo processo de possuir uma materialidade nominal específica.

Deste modo, entendemos que todos os lugares de memórias são linguísticos e discursivos e querem se instituir como a força de uma verdade ou norma. Porém, nem toda materialidade linguística-discursiva, mesmo as mais estabelecidas, se inscrevem como lugar de memória na sociedade. Isso porque os discursos estão dispersos, em modelos de regras, padrões, coerções, hierarquias, silenciamentos, sem, necessariamente, precisarem se reunir em torno de um termo. De todo modo, ressaltamos, numa retomada de Foucault [1970 (1996)], que todo que o discurso é aquilo pelo que se luta, e não somente o que traduz as disputas e conflitos, visando

se tornar a norma. A diferença dessa condição para os lugares de memórias, além da reunião de sentidos dispersos, é, ao nosso entendimento, a pretensa verificação que os lugares de memória podem adquirir.

Voltando ao caso das “Ruas de memória”, anteriormente citado, é possível perceber que ali se propõe uma ressignificação, a partir da qual há uma busca pela mudança de entendimento sobre o mérito das homenagens institucionais e, por conseguinte, espera-se que novos valores sejam incorporados à dinâmica política e cultural da sociedade. Na ocasião, o professor Renato Cymbalista, afirmou: “Defendo que essas ruas pra sempre tenham uma placa diferente, que cause estranhamento, que faça com que, ao olharmos pra ela, lembremos do processo de renomeação” (UOL, 2015). Assim sendo, mesmo com a mudança, os lugares de memória também guardam estabilidades, visto que a mudança só se justifica a partir do que estava edificado anteriormente. Ou seja, “Viaduto 31 de março” e, depois, “Viaduto Therezinha Zerbini”³⁶, estão alicerçados em um mesmo plano funcional (NORA, 1993), ainda que evoquem diferentes visões sobre o processo histórico no qual estão inscritos. No caso do projeto “Ruas de Memória”, permanece verificável que atos autoritários já foram homenageados em nomes de ruas.

No caso de Dilma e o “coração valente”, essa vontade de verificação está entrelaçada em seus atos como presidenta, e na sua biografia. Ainda precisamos considerar que, institucionalmente, Dilma ocupava um lugar privilegiado, capaz de inserir e gerir pautas, assim como precisamos considerar que as biografias também carregam aspectos que tencionam sua ambientação social, como pode ser discutido com Leonor Arfuch (2010). Elementos como esses já aparecem quando debatemos o “coração valente”.

3.2 O lugar de Dilma: “coração valente” entre construções e ameaças

Os lugares de memória são importantes para estabelecer sentidos de identificações e manutenções ideológicas. Com isso, apontamos o entendimento de Nora (1993) de que se o que os lugares de memória representam “não estivessem

36 Therezinha Zerbini (1928-2015) foi uma ativista, presa em 1970 e companheira de cela da futura presidenta Dilma Rousseff. Foi fundadora do Movimento Feminino pela Anistia.

ameaçados, não se teria, tampouco a necessidade de construí-los” (NORA, 1993, p.13). A partir disso, mais do que debater o “coração valente” como um lugar de memória, urge explicar sobre as possíveis fragilidades, motivações e potências desse movimento

Ao apontar “o lugar de Dilma” estamos considerando o entrelaçamento de Dilma com o “coração valente” como um lugar de memória. Em outras palavras, ao menos para os fins dessa pesquisa, o “coração valente” é o lugar de memória de Dilma. Esse não é, entretanto, somente o lugar de Dilma, é um chamado para que haja adesão social em torno dele e dos sentidos que o sustentam. Quer dizer, a exemplo do que tange o *impeachment*, o “coração valente” fez parte desse processo, se alçando por meio de efeitos de sentido como garra e enfrentamento, de busca por justiça, e não de derrota ou traição (valores que também pode mobilizar e gerar adesão). Ele, o “coração valente”, é o lugar que Dilma busca, de acordo com nossa análise, para atravessar as adversidades postas no meio político. Sendo assim, diante da afirmação, supracitada, de Nora (1993) de que não haveria motivos para construir lugares de memória se o que eles defendessem não estivesse ameaçado, retomamos a discussão em torno do tripé de sentidos em torno do “coração valente”.

Se, como mostramos, há construções em torno da ditadura militar, de mulheres e de política, são esses, portanto, os pontos que são ameaçados, seja por silenciamento ou distorção. Apontamos que é um “fato dado” que Dilma é uma mulher e que foi a primeira, no Brasil, a exercer o cargo. Isso não assegura, entretanto, que esses serão os únicos termos pelos quais Dilma e seu governo serão representados. Em vista disso, se dá a importância de construir um lugar nesses termos, pois são os embates que se concretizam que tornam o assunto comentável na sociedade. Nessa dinâmica, caso Dilma não requisite para si esses dizeres, corre-se o risco de eles não serem considerados e, assim, não se lembrar, por exemplo, que a política nem sempre foi espaço de direto das mulheres.

Nessa linha, outra ameaça, na ausência do lugar de memória, seria em relação à política. Se suas ações estão ligadas também ao ser mãe (ROUSSEFF, 2012), à proteção das mulheres contra a violência (ROUSSEFF, 2013), quando se retira o fator mulher de Dilma, perde-se também parte das referências para os sentidos que ela mobilizou, uma vez que, de acordo com os dizeres de Dilma, tais questões só estavam sendo pautadas porque ela era a presidenta. Ao mesmo tempo, se esse fator não é elencado, as considerações em torno de “machismo” e “misoginia” (ROUSSEFF,

2016a) também saem de vista, afastando, por conseguinte, os sentidos de que as mulheres na política são um fator histórico (ROUSSEFF, 2011) e que representam uma minoria na sociedade, como discutimos no capítulo 1.

Por fim, a terceira ameaça a esse lugar de memória de Dilma diz respeito à ditadura militar. Dilma não deixou de abordar esse período, nem de mencionar como é afetada por durante os anos em que esteve em destaque político. Na Comissão da Verdade, ela (2014c) evidenciou a importância do “direito à verdade” para a democracia e Nesse mesmo sentido, ressaltou (ROUSSEFF, 2014a) os danos que de se ter 21 anos de liberdade e sonhos “calados”, quando 1964 completou 50 anos., Na mesma ocasião, a então presidenta afirmou que falar de 1964 é uma maneira de lembrar e contar o que aconteceu no país, ressaltando que “devemos isso a todos que morreram e desapareceram, devemos aos torturados e aos perseguidos, devemos a suas famílias, devemos a todos os brasileiros”. Dessa forma, a ditadura ocupa esse o lugar de “não silêncio” no governo Dilma, estabelecendo formas de conviver com esse passado.

A ameaça ao lugar de memória Dilma-ditadura militar se faz frente ao entendimento de que a ditadura foi um regime de exceção, no o qual o Estado era responsável por violência e perseguição. Esse deslocamento, ou “ameaça”, foi visto quando Agripino Maia (2008) questionou Dilma por ter mentindo aos militares quando estava presa. “Eu me orgulho de ter mentindo” (ROUSSEFF, 2008) foi a resposta. Em questionamento parecido feito pela Folha de São Paulo, em 2009, Dilma marca mais uma vez que o lugar de militante não é algo que seria modalizado por ela:

FOLHA - A sra. faz algum mea-culpa pela opção pela guerrilha?
DILMA - Não. Por quê? Isso não é ato de confissão, não é religioso. Eu mudei. Não tenho a mesma cabeça que tinha. Seria estranho que tivesse a mesma cabeça. Seria até caso patológico. As pessoas mudam na vida, todos nós. Não mudei de lado não, isso é um orgulho. Mudei de métodos, de visão. Inclusive, por causa daquilo, eu entendi muito mais coisas (FOLHA DE S. PAULO, 2009: grifos do autor).

Sendo assim, em nosso entendimento, considerando o debate entre construções e ameaças, entendemos que Dilma engendra um lugar que institucionalmente será de afastamento daqueles que colocam em equilíbrio as ações de militante e de um Estado de exceção ou esperam “arrependimento” dos que participaram. Portanto, se esse lugar não for requisitado por Dilma, incorre a possibilidade não se silenciamento ou apagamento como nos casos anteriores, mas

de representações que dispersem os “sacrifícios humanos irreparáveis” (ROUSSEFF, 2014a) para o fim da ditadura.

Entretanto, além de assegurar esse lugar coletivo e histórico para a ditadura militar, o “coração valente” também está em diálogo direto com Dilma, instaurando em suas ações vestígios biográficos ligados ao regime autoritário. Quando, por exemplo, relacionou sua pronta defesa no senado, no *impeachment*, com a atuação na ditadura (ROUSSEFF, 2016b), como também durante a campanha ao ligar ao combate à corrupção.

Por fim, considerando todo o exposto, as ameaças ao lugar de memória “coração valente” estão na mesma dimensão que as (re)construções por ele proposta.

3.3 Guerrilheira ou guerreira: questões que surgem

Para Nora (1993, p. 9), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento”. Entre esses movimentos, portanto, é necessário considerar como a sociedade lida com ele: se os rejeita, celebra, os recria e/ou reforça. Partindo disso, Daniel Aarão Reis (2014), quando questionado sobre os movimentos que, após o fim da ditadura militar, são reproduzidos como democráticos, mesmo se buscassem a “ditadura do proletariado”, apontou que esse é um movimento da memória e não da história. Diante da heterogeneidade da configuração da esquerda daquele momento, e da derrota imposta a esses segmentos, o autor defende que foi “uma operação memorialística, antes e acima de tudo, não pode ser apresentada como uma construção da história”, defendendo que “com o tempo, essa versão se impôs como uma espécie de versão oficial” (REIS, 2014, p. 78). Corroborando com isso, Vera Silva Magalhães³⁷, ainda em 2007, afirmou: “nós não éramos contra a ditadura, éramos contra a ditadura-militar-burguesa, mas a favor da ditadura do proletariado” (MAGALHÃES apud ROSA, 2013, p. 241)

Com essas considerações, não visamos criar um juízo de valor sobre algum grupo organizado, seus meios ou motivações, mas demonstrar como as cadeias memoriais têm a força de se tornarem legítimas e se sobressaírem, inclusive, aos

37 Vera Silva Magalhães (1948-2007) foi uma guerrilheira ligada ao Dissidência Comunista da Guanabara e do MR-8.

registros historiográficos. Desta forma, pensar no lugar do “coração valente” é debater sobre essa permanente atualização da memória.

A título de exemplificação, atualmente, são de denúncia os lugares de memória ocupados pelas mulheres que, de alguma forma, tiveram suas vidas vinculadas às violências do regime militar. Aspecto muito compreensível, visto que apagar os ataques à dignidade humana é correr o risco de silenciar uma face daquele período que deve fazer parte da memória pública e coletiva, sobretudo, tendo em vista, no que diz respeito à violência sexual, que, somente em 2019, um militar – o sargento reformado Antônio Waneir Pinheiro Lima -, ligado à ditadura, virou réu por estupro. O caso é referente a Inês Etienne Romeu³⁸ (1942-2015), considerada a única sobrevivente da Casa da Morte, um órgão de repressão clandestino mantido pela ditadura.

Pontuamos um trânsito de memória que o “coração valente” propõe. O “coração”, ao ter um viés de enfrentamento, de bravura, de não desistência, de uma “raiz” de princípios democráticos, pode ser interpretado como uma redenção e heroísmo, pois resgata uma espécie de redenção, de quem sofreu e superou.

Ressaltamos que não podemos acessar tais especificidades da formação subjetiva de ninguém, tampouco criar julgamentos, mas apontar que, quando tais sentidos são transportados, languageiramente, ao cenário político-cultural, eles geram efeitos. Um deles, em nosso entendimento, é um deslocamento e/ou entrelaçamento entre guerrilheira e guerreira. Se o “coração valente” parte da biografia de Dilma junto a um grupo armado, ao longo de suas mobilizações, ele também adquire aspectos, como apontamos, de superação, aproximando dos sentidos de “guerreira”, aquela pessoa que supera os obstáculos. Ocorre-nos, desta forma, se a tortura, política de estado dos militares, relatada por tantas outras mulheres, deve ser um aspecto de superação de cunho coletivo ou individual.

Por conseguinte, vale ressaltar, mais uma vez que o “coração valente” é uma peça de campanha eleitoral, projetada num momento (2014) de polarização no Brasil. Em outros momentos, Dilma expressa o próprio entendimento que tem desse período, a partir de sua experiência: “Feliz do povo que não têm heróis desse tipo” (ROUSSEFF, 2008), “Não sou supermulher para dizer que não me incomoda” (ROUSSEFF, 2009), “A dor é outra coisa que ela oprime, ela corrói, ela humilha (...)

38 Inês Etienne Romeu (1942-2015) foi militante contra a ditadura militar, integrante do VAR-Palmares.

Então, resistir é algo muito difícil. Não faz de ninguém herói, faz das pessoas só isso: gente. Você não vira herói, você vira gente” (ROUSSEFF, 2015b).

Nesses enunciados, Dilma sinalizou para o afastamento de conciliação com o sofrimento proporcionados pelas violências da ditadura e da interpretação que isso geraria “heróis”. Nesse sentido, há também, em Dilma, o afastamento de que o heroísmo, ligado à valentia, é necessário perante o sofrimento causado pela ditadura. Elemento que nos mostra a não linearidade e hermeticidade da movimentação de construção e desconstrução.

Por fim, salientamos que, se “coração valente”, em algum momento, alcançar uma versão oficial, destacada por Reis (2014), ele incorre a silenciamentos de sua própria história. Por outro lado, é por meio dos embates discursivos que pode também coexistir com os outros dizeres e relatos. Ao invés de pensar num lugar excludente, podemos supor que há espaço para a celebração, como também da denúncia, para que não se caia na interpretação que a violência da ditadura foi um período necessário ao país, e que somente a partir do ataque à dignidade humana, é que se caberia os valores democráticos e éticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise “coração valente” de Dilma Rousseff como um lugar de memória, arriscamos afirmar, abre-se espaço para reflexões sobre as relações políticas e culturais que estruturam a sociedade brasileira, especialmente no que tange à consolidação da democracia após o fim da ditadura militar (1985), e à participação das mulheres. Essa afirmação é motivada pelo conjunto de debates que expusemos ao longo da dissertação que cercaram (e cercam) Dilma em sua atuação pública. A presença de uma mulher na presidência da república é um marco para o país, até mesmo para grupos sociais que fogem da relevância deste acontecimento, pois ao diminuir a importância já colocam o assunto em debate, além disso até o silêncio premeditado sobre o assunto, já é pensar sobre o tema. A presença de Dilma também tornou mais claro um imaginário autoritário que flerta com a ditadura militar e um desequilíbrio ao tratar a ação de militantes comparada ao aparato estatal que perseguia e infringia os direitos humanos.

Acreditamos que um importante fruto dessa dissertação, ocorre na relação estabelecida, mesmo de forma inicial, entre os lugares de memória e os debates discursivos. Ainda não de modo definitivo, apontamos que todos os lugares de memória precisam se estabelecer na e pela linguagem, porém nem todos os discursos que circulam na sociedade e nos interpelam, se nominalizam (ganham um nome) para permanecer pautando os sujeitos. Desse fenômeno, acreditamos estar um possível desenvolvimento para uma categoria metodológica capaz de orientar uma análise para os lugares de memória.

Numa segunda face, ao ter Dilma Rousseff como uma personagem central do estudo, desatamos algumas reflexões acerca da mulher na política, mulher em posição de poder e das mulheres e/na ditadura militar. Esses elementos que cercam Dilma e que, por ora, estruturam o “coração valente” podem nos oferecer formas para debater um “lugar” para mulheres que contemple as múltiplas faces que cercam esses embates, pois a estruturação do “coração valente”, ao mesmo tempo em que joga luz sobre sistemas de exclusões e desigualdades, especialmente no que tange às mulheres, também pratica e reforça alguns valores já mais estabelecidos: um deles, mais notável, seria a noção do sofrimento que gera legitimidade social. Mesmo Dilma estando em lugar institucionalmente privilegiado, essa contemplação da dor é uma marca que a permitiria transitar politicamente. Como foi colocado por nós, não podemos, nem visamos, criar uma regra para desenhar subjetividades, porém,

socialmente, é algo a ser elaborado e analisado, levando em conta os possíveis usos dessa dinâmica.

Na política governamental, as questões relativas à mulher também têm destaque a partir do pioneirismo da mulher em posições de poder, da vinculação de um governo que dialogue com as mães e mulheres. Em alguns momentos, é projetado que mudanças significativas se apresentam com a presidência de uma mulher, como o combate à violência doméstica, e o despertar de um desejo de que mais mulheres e meninas vislumbrem ocupar espaço de liderança e de altos cargos, elemento visto no primeiro discurso de posse, em 2011.

Há também o que tange à ditadura militar e as mulheres. É percebida em Dilma, especialmente nos materiais paratextuais, uma recusa em deixar silenciado os anos e os danos do golpe de 1964 e os seguintes 21 anos de regime de exceção. Nesse dizeres são destacadas a importância da justiça, da reparação das vítimas e da verdade. Todavia, quando relacionado ao “coração valente”, esse tema adquire uma nova roupagem mais ligada à coragem e uma superação heroica. Em face disso, um recorte específico entre ditadura e mulheres se fez necessário, no qual apontamos, tanto um desencontro entre “coração valente” e mulheres militantes, como também uma tentativa de inscrever outras maneiras de lidar com esse passado, tendo essa maneira os “moldes” do “coração valente”.

Com objetivo de analisar o “coração valente” como um lugar de memória, apresentaram-se dois caminhos necessários a se trilhar: (i) o primeiro, diz respeito às amarras sociais, políticas e culturais que ele tangencia; e o segundo (ii), a como podemos considerar a consolidação de um dizer linguístico-discursivo, contextual e localizado, em lugar de memória estabilizado na sociedade.

Na presença dessa discussão, apontamos, como condição aos lugares de memória, a adesão dos sujeitos. Tal adesão, entretanto, a esfera da recepção, não foi contemplada pelo escopo teórico-metodológico, e tornou-se um caminho para continuidade dessa pesquisa, para que averigüe-se se o “coração valente” tende à estabilidade discursiva, e tem excelência ao transitar entre os demais dizeres. Ao fazer isso, seria uma forma de constatar quais imaginários permitem a adesão ou a negação do “coração valente”.

Outro desafio na execução da dissertação, se refere às muitas instâncias em que a campanha eleitoral de Dilma Rousseff aconteceu. No *Facebook* de Dilma, plataforma a partir da qual reunimos o *corpus* “coração valente”, e onde o debatemos

como texto-fonte e frase destacada (Maingueneau, 2014), é um ambiente controlado: o conteúdo é filtrado e destinado a pessoas que, por estarem ali, pressupõem-se que apoiam as séries de significações ali disparadas. Não tivemos acesso, entretanto, a canais comunicacionais mais populares naquele momento, como a TV e o rádio, onde não sabemos se ou como o “coração valente” apareceu para apontar se há uma padronização em seu uso, ou diferenças de abordagem.

Diante disso, ao chegar ao fim, algumas reflexões precisam ser apontadas. Em comparação com um lugar denunciativo para mulheres e militância na ditadura, o “coração valente” é inovador, pois invoca uma face que dialoga com o heroísmo, apontamos também o quanto esse heroísmo parte de uma superação da dor, dos próprios limites, dos obstáculos políticos e pessoais. Sendo assim, ao colocar o “coração valente”, esse novo possível lugar para as mulheres com biografia militante próxima de Dilma, diante de militantes homens encontramos, a olho nu, isso quer dizer sem análise e estudo de caso, um heroísmo diferente. É o caso, por exemplo, de quando comparamos, Dilma, “coração valente” e Marighela “o inimigo número um da ditadura militar” (JOSÉ, 1997), que recentemente teve a biografia retratada em documentário (MOURA, 2019). Notamos uma profunda diferença no que marca as representações que cercam esses dois: Marighela, que foi morto por militares, é um chamado coletivo uma construção política, enquanto Dilma, com o “coração valente” é uma redentora do sofrimento ao qual foi covardemente exposta, e não um chamado a mudanças sistemáticas. Nesses termos, portanto, o “coração valente” não rompe com os preceitos entre homens e mulheres politicamente estabelecidos, pelo contrário, reforça um lugar para mulheres estabelecido no passado, vide as discussões do capítulo 2.

Essa comparação, entretanto, não é definitiva, pelo contrário, registramos o cuidado ao fazê-la, pois estamos diante de contexto de produções bastantes distintos. Além disso, Dilma, pessoa pública, tem seu lugar institucionalmente marcado, e é difícil romper com tais amarras. Porém, esse cenário apresentado joga luz ao desenvolvimento de futuras pesquisas, que podem averiguar o quanto e se aconteceram transposições do lugar da mulher na política e sua representação social ao longo dos anos, especialmente do que tange ao contexto de personagens entre a ditadura e a pós redemocratização de 1985.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Hermínia Brandão Tavares de; WEIS, Luiz. *Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar*. In: *História da vida privada no Brasil : contrastes da intimidade contemporânea*[S.l: s.n.], 2000.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. *A guerra não tem rosto de mulher*. Trad. Cecília Rosas. São Paulo, Companhia das Letras. 2016
- ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Trad.: Palama Vital. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010
- BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHINOV, Valenti Nikolaiévitch. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986(1ª edição, 1929).
- BATISTA, Ariel Cherxes. *O golpe de 1964 em comparação com o impeachment de 2016 e a afirmação de um passado que não passa*. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL UFES/PARIS-EST, 6., Vitória: Ufes, 2017. p. 104 – 122.
- BENJAMIN, César. *O golpe é outro*. Revista piauí, edição 116, 2016, p. 32-33.
- BORGES, Flávia Rodrigues; OTAVIANO, Cristiano. *A ditadura noticiada na democracia: a folha de São Paulo diante da candidatura de uma ex-guerrilheira*. Trabalho de conclusão de curso. São João Del Rei, 2017, prelo.
- BORGES, Flávia Rodrigues; OTAVIANO, Cristiano. *Sem censura? A Folha de São Paulo e a candidatura de uma ex-guerrilheira*. XVI Encontro Regional de Comunicação: 1968 – Lembrar e pensar. Juiz de Fora, 2018, prelo.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006.
- DAHLET, Patrick. (Re)produzir o inquestionável: nominalização, generalização e naturalização no discurso neoliberal. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 8, p. 206-221, jun.2015.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. 8ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- GARBIN, Cléa Adas Saliba et al. *Violência doméstica: análise das lesões em mulheres*. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(12): 2267-2573, dez, 2006
- GEHRKE, Deisi Daiane. *A constituição de um ethos de resistência no discurso da presidente Dilma Rousseff durante investigações da Operação “Lava Jato”*. 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Chapecó, SC, 2017.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeide Araújo; SANTO, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Humanitas, 2012.

GOUVÊA, Gabriella Nunes de. *Imaginário social, mito e narrativas jornalísticas: as representações sobre mulheres políticas e militantes de esquerda na construção discursiva sobre a presidente Dilma Rousseff*. 2014. 239 f., il. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

HJAVARD, Stig. *A midiatização da cultura e da sociedade*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2014.

JOSE, Emiliano. *Carlos Marighella: o inimigo número um da ditadura militar*. São Paulo, Editora Casa Amarela, 2004.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores do AI5 à Constituição de 1988*. São Paulo, Boitempo, 2012

LIMA, Daniela. *A afilhada rebelde*. Revista piauí, edição 97, 2014, p.18-27

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade; OLIVEIRA, Jessica Thais Pereira de. Relações de gênero e misoginia na construção da imagem pública de Dilma Rousseff. *REIA – Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*, ano 2, volume 2(2):2015.

LOPES, Monalisa. “Presidenta da República, mulher e cidadã”: Uma análise da identidade de gênero nos discursos de Dilma Rousseff (2011-2013). *Revista Diálogos Acadêmicos*, Fortaleza, v. 4, jan./jun.2015.

MAINGUENEAU, Dominique. *Frases sem textos*. Tradução de Sírio Possenti et al. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

MARTINS, Joyce Miranda Leão. Dilma Rousseff: Vestígio da construção de uma candidata. In: *5º Congresso de Associação brasileira de pesquisa em comunicação política*. Curitiba, 2013

MESSENERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. *Soc. estado*. [online]. 2017, vol.32, n.3, pp.621-648

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da Psicanálise*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo, Contexto, 2014.

NASCIMENTO, Layse Pereira Soares do. *A imprensa e a construção da memória: ditadura militar de 1964, fragmentos e razões do silêncio*. Guarapuava. *VIII Encontro Nacional de História da Mídia*, 2011.

NORA, Pierre Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

PAIVA, Carla Conceição da Silva. *Participação feminina na luta armada no Brasil: os papéis de nove mulheres nos confrontos durante a ditadura militar*. Revista Feminismo, Bahia, Vol.3, N.1 Jan. - Abr. 2015, p. 151-153.

RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: Feminismo, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2013.

ROSA, Susel Oliveira da. *Mulheres, ditaduras e memórias: “não imagine que precise ser triste para ser militante”*. São Paulo, Intermeios, Fapesp, 2013.

REIS FILHO, D. *Ditadura, anistia e reconciliação*. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, jan.-jun. de 2010.

TOMAZONI, Larissa. *A mulher na ditadura militar: uma análise das limitações e consequências da participação política feminina*. Cad. Esc. dir.Rel, Int, (UNIBRASIL), Curitiba, Vol.1 Nº22, Jan/Jun. 2015, p 40-51.

Vaz, Geraldo Frances Fonseca. *O que é que a Dilma tem? Os enquadramentos da presidenta e da mulher Dilma Rousseff*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

WINAND, Érica Cristina Alexandre; BIGATÃO, Juliana de Paiva. *A política brasileira para os direitos humanos e sua inserção nos jornais: a criação da Comissão da Verdade*. RIDH, Bauru, v.2, n.2, p. 41-62, jun. 2014

ZDEBSKYI, Janaína de Fátima et al. *A histérica e as belas recatadas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costelas e dos homens como cabeça na política brasileira*. ESPAÇO E CULTURA, UERJ, RJ, N. 38, P.225-250, JUL./DEZ. DE 2015

Materiais de análise:

BOLSONARO, Jair. Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016. [S. l.], 17 abr. 2014. Publicado no canal do Youtube do jornal O Estado de S. Paulo em 8 de agosto de 2019. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>>. Acesso em 26 ago. 2019.

BEDINELLI, Talita; SECO, Raquel. Feministas pedem que Dilma não ceda mais às pressões religiosas contra o aborto. 08 mar. 2014. *El País Brasil*. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/08/politica/1394233682_799796.html>. Acesso em: 27 ago. 2019.

CARTA CAPITAL. *“Infelizmente assinei a lei da delação premiada”, diz Dilma*. 25 jul. 2018. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/infelizmente-assinei-a-lei-da-delacao-premiada-diz-dilma>. Acesso em: 27 ago. 2019.

“DILMA, mulher delinquente”, paródia do jingle “Coração Valente”. 16 set. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tOWxIwj22no&>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

FALCÃO, Márcio. Bolsonaro fez apologia de crime na votação do impeachment, diz OAB. 20 abr. 2016. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/04/1763027-bolsonaro-fez-apologia-ao-crime-na-votacao-do-impeachment-diz-oab.shtml>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

FERRAZ, Lucas; LEITÃO, Matheus. Na ditadura, Dilma deu aulas de política. 28 nov. 2010. *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2811201009.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

EVELIN, Guilherme. Daniel Aarão Reis: “A tal consolidação da democracia é história de carochinha”. 30 mar. 2014. *Revista Época*. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/03/bdaniel-aarao-reisb-tal-consolidacao-da-democracia-e-historia-da-carochinha.html>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

O GLOBO. *Dilma diz que impeachment foi golpe parlamentar e um ato misógino*: Em entrevista à revista ‘Time’, presidente afastada afirmou que está sendo julgado por um não-crime. 29 jul. 2016. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/dilma-diz-que-impeachment-foi-golpe-parlamentar-um-ato-misogino-19812751>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MAIA, Agripino; ROUSSEFF, Dilma. *Audiência na Comissão de Infraestrutura do Senado*. Brasília, 7 maio 2008. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Tiyezo1fLRs>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MONNERAT, Alessandra; AGATI, Mariana. Família vem com força no discurso em 2018. 2018. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<https://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/familia-vem-com-forca-no-discurso-em-2018>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

RESVISTA ÉPOCA. *O passado de Dilma*. 16 ago. 2010. Capa.

REVISTA ÉPOCA. “*Sim, a mulher pode*”: Dilma Rousseff, primeira mulher eleita para presidir o Brasil. 1. nov. 2010. Capa.

ROUSSEFF, Dilma. *Pronunciamento da presidenta Dilma Rousseff pelo Dia das Mães*. 13 maio 2012. Facebook: Página Oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=_MqIE8PqaZk>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Pronunciamento da Presidenta Dilma Rousseff pelo Dia Internacional da Mulher*. 8 mar. 2013. Facebook: Página Oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gK5GwK61BTY>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Em cerimônia no Palácio do Planalto, Dilma lembra do golpe militar de 1964*. 31 mar. 2014a. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l-C9Qwol6NA>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Jingle da campanha da presidenta Dilma Rousseff para a disputa presidencial de 2014*. 20 jun. 2014b. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3k8YQCSs8es&>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Post sobre o vazamento do jingle da campanha de 2014*. 20 jun. 2014c. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/posts/693584514028476>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Post “A MÁSCARA QUE CAI” (Mangagá) publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook*. 22 set. 2014d. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/photos/a.351365628250368/746415128745414/?type=3>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Post contra a corrupção publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook (1)*. 25 set. 2014e. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/photos/a.351365628250368/748602955193298/?type=1&theater>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Post contra a corrupção publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook (2)*. 10 out. 2014f. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/photos/a.351365628250368/762573820462878/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma; MENEZES, Ivo. *Post com depoimento de Ivo Menezes publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook*. 19 out. 2014g. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/posts/776704569049803>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Post “VIDAS CRUZADAS” publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook*. 14 out. 2014h. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/photos/a.351365628250368/767412559979004/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Discurso da presidenta Dilma na entrega do relatório da Comissão Nacional da Verdade*. 10 dez. 2014i. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QCnTjMR2g1g>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Post com trecho do discurso de posse em 2015 publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook*. 3 jan. 2015. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff.

Disponível em:
<<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/photos/a.351365628250368/836447853075474/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma; PINTO, Hêider. *Post com depoimento de Hêider Pinto publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook*. 29 abr. 2016. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff. Disponível em:
<<https://www.facebook.com/watch/?v=1112108168842773>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma; NEWSLIGHT, BBC. *Post com link para entrevista de Lula à BBC Newslight publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook*. 20 ago. 2016. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff.

Disponível em:
<<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/posts/1181413175245605>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Dilma faz discurso de defesa no Senado; assista na íntegra*. 29 ago. 2016a. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff.

Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=P33vFjPeawg>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

ROUSSEFF, Dilma. *Post sobre a defesa contra o impeachment no Senado Federal publicado na página oficial de Dilma Rousseff no Facebook*. 29 ago. 2016b. Facebook: Página oficial de Dilma Rousseff.

Disponível em:
<<https://www.facebook.com/DilmaRousseff/photos/a.351365628250368/1188191384567784/?type=3&theater>>. Acesso em: 26 ago. 2019.

SODRÉ, Mônica. A participação das mulheres na política no Brasil: o direito de votar, de sermos representadas, e de participar da tomada de decisão. 08 mar. 2018. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/legislativo/a-participacao-das-mulheres-na-politica-no-brasil-o-direito-de-votar-de-sermos-representadas-e-de-participar-da-tomada-de-decisao/>>. Acesso em: 27 ago. 2019.

ANEXO I

Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente.
Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente

Você nunca desviou o olhar do sofrimento do povo
Por isso, eu te quero outra vez
Por isso, eu te quero de novo
Você nunca vacilou em lutar em favor da gente
Por isso eu tô juntinho, do seu lado
Com você e Lula pra seguir em frente

Mulher de mãos limpas (tô com você)
Mulher de mãos livres (tô com você)
Mulher de mãos firmes, vamos viver uma nova esperança
Com muito mais futuro e muito mais mudança

Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente
Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente

O que tá bom, vai continuar
O que não tá, a gente vai melhorar (2x)
Coração valente!